Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA
CNPJ nº 62.331.228/0001-11
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º andar - CEP 04538-132
São Paulo - SP

Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Introdução:
Senhores, Autoridades e Clientes,
Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Diretoria e as Demonstrações Financeiras do Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão ("Banco", "Instituição", "Deutsche" ou "Deutsche Bank Brasil") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 4.
Nosso objetivo com esse relatório é, além de cumprir as determinações legais, prestar mais informações sobre o desenvolvimento de nossos negócios.

Destaques do exercício:

• **Resultado do exercício**
No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Banco registrou Prejuízo (em milhares de Reais) correspondente a R$ 111.383 (dezembro 2023 – Lucro líquido de R$ 193.090), equivalente a R$ 0,09 por ação (dezembro de 2023 – lucro de R$ 0,15).
O resultado do exercício foi impactado, principalmente, pelo reconhecimento de despesa decorrente de provisão para contingências fiscais e cível, parcialmente compensada pelo registro do respectivo crédito tributário, além do aumento em despesas de pessoal.
Pela perspectiva das áreas de negócio presentes na estrutura, a área de Corporate Bank (empréstimos, fianças e cartas de crédito, financiamento à cadeia de suprimento, gestão de conta corrente e custódia) registrou resultado acima do esperado para o ano de 2024, o que é explicado principalmente pela carteira de clientes dos produtos referentes à gestão de conta corrente e custódia devido a maiores volumes em conta corrente. Dado o ambiente desafiador durante o ano, a carteira de crédito se manteve relativamente estável em comparação com o final de 2023, resultando em uma performance abaixo do planejado para o ano. A área de Investment Bank (mesas de câmbio, derivativos, estruturação e renda fixa) foi impactada pelas condições de mercado adversas e volatilidade do cenário macroeconômico, principalmente no primeiro semestre do ano, apresentando uma performance abaixo do esperado para o final do ano. Apesar da redução na média anual da taxa CDI durante o ano, os ganhos referente aos juros sobre o capital representaram uma parcela siginificativa das receitas. É importante ressaltar que em 2024, além da despesa decorrente de provisão para contingências fiscais e cível, o resultado também foi impactado por maiores custos administrativos dado, principalmente, o aumento do quadro de funcionários e, consequentemente, despesas com salários e benefícios, e impostos sobre serviços.

• **Patrimônio Líquido**
O Patrimônio Líquido encerrou o exercício de 2024 em R$ 2,7 bilhões, comparado com R$ 2,8 bilhões em dezembro de 2023.

• **Patrimônio de Referência e Índice de Basileia**
De acordo com a Resolução CMN nº 4.955/21, o Banco apurou um Patrimônio de Referência no valor de R$ 2,7 bilhões em dezembro de 2024 (dezembro de 2023 – R$ 2,8 bilhões). Em 31 de dezembro de 2024, o Índice da Basileia e a Razão de Alavancagem do Banco, cujos cálculos são definidos pelo CMN e Bacen, foram apurados em 23,05% e 8,52%, respectivamente (dezembro de 2023 – 26,97% e 14,21%, respectivamente).

Ativos e fontes de recursos:
No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Banco apresentou um total de ativos de R$ 30,5 bilhões (dezembro de 2023 – R$ 16,8 bilhões).
No Ativo, destacamos as seguintes linhas de variações em instrumentos financeiros no exercício:

- Carteira de câmbio/arbitragem (incluindo adiantamentos sobre contratos de câmbio) – O saldo da carteira em dezembro de 2024 apresentou um aumento de R$ 9,683 bilhões decorrente, principalmente, da variação nas operações de câmbio financeiro e arbitragem;
- Aplicações interfinanceiras de liquidez – Aumento no portfólio em aproximadamente R$ 6,821 bilhões decorrente, substancialmente, de operações compromissadas O/N com o objetivo de gestão do caixa;
- Títulos e valores mobiliários – Queda no portfólio em aproximadamente R$ 2,445 bilhões decorrente, principalmente, da carteira de títulos para livre negociação (R$ 1,700 bilhões), disponíveis para venda (R$ 376,0 milhões) e mantidos até o vencimento (R$ 506,0 milhões).
  Ao final do exercício o Banco possuía R$ 858,9 milhões em valores mobiliários na categoria "mantidos até o vencimento", conforme Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil. O Banco tem a capacidade financeira e intenção de mantê-los até o vencimento;
- Derivativos – Queda no portfólio em aproximadamente R$ 465,6 milhões decorrente, substancialmente, das variações dos valores de mercado (PTAX) e da queda nas operações a termo de títulos públicos; e
- Ativos fiscais diferidos – Aumento do saldo de ativo fiscal diferido oriundo de diferenças temporárias de processos juidiciais tributários e cíveis em, aproximadamente, R$ 185,1 milhões.

No Passivo, destacamos as seguintes linhas de variações em depósitos e demais instrumentos financeiros no exercício:

- Carteira de câmbio/arbitragem (incluindo adiantamentos sobre contratos de câmbio) – O saldo da carteira em dezembro de 2024 apresentou um aumento de R$ 9,705 bilhões decorrente, principalmente, da variação nas operações de câmbio financeiro e arbitragem;
- Obrigações por empréstimos e repasses – Aumento de aproximadamente R$ 3,323 bilhões, decorrente, substancialmente, do aumento em obrigações por tomada de linha junto à entidades ligadas sediadas no exterior;
- Derivativos – Aumento de aproximadamente R$ 300,2 milhões decorrente, principalmente, das variações dos valores de mercado (PTAX) e da queda nas operações a termo de títulos públicos; e
- Provisões – Aumento do saldo de provisões para contingências fiscais e cíveis no montante de, aproximadamente, R$ 411,6 milhões.

Governança Corporativa – Comitê de Auditoria:
Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.910/21, encontra-se instalado o Comitê de Auditoria do Banco ("Comitê"), ao qual compete, dentre outras atribuições, zelar pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras do Banco, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria externa e interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos.
Conforme estabelecido pelo artigo 9º da Resolução CMN nº 4.910/21, os membros independentes do Comitê de Auditoria foram aprovados pelo Banco Central do Brasil na data de 31 de janeiro de 2024 e tomaram posse na data de 21 de fevereiro de 2024.
O relatório que contempla as atividades exercidas pelo Comitê acompanha as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as quais foram aprovadas por esse Comitê em reunião realizada em 24 de março de 2025.

Gestão Corporativa de Risco:
Visando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) quanto à adequação aos princípios de Basileia III, a Instituição vem atualizando suas estruturas tecnológicas, administrativas e de pessoal, cumprindo o cronograma delineado pelos reguladores, quanto à obtenção e divulgação de dados qualitativos e quantitativos utilizados nos cálculos e nas análises dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, social, ambiental e climático.
Mensalmente são realizadas reuniões de comitês específicos para acompanhamento e avaliação dos riscos, com o objetivo de identificar a eficácia dos controles e mitigadores de riscos, bem como a aderência dos procedimentos às normas instituídas, internas e externas. Esses processos buscam adequar as melhores políticas de alocação dos recursos em ativo e passivo administrados pelo Banco, concomitantemente com os melhores princípios de gerenciamento de riscos e controles internos, inclusive quantificando a alocação de capital que assegure a manutenção e expansão das linhas de negócios do Banco. Tais procedimentos, em conjunto com processos continuados de aprimoramento dos controles internos, têm objetivos direcionados a subsidiar a diretoria executiva, órgãos supervisores, auditorias e clientes do Banco, de informações que delineiam a gestão corporativa dos riscos e controles internos, baseada em políticas, normas e instrumentos implementados pela Administração, bem como nos preceitos normativos vigentes determinados pelas Autoridades Monetárias.
Conforme determinado pelo Banco Central as estruturas das áreas de gestão de riscos e gerenciamento de capital do Banco, assim como a divulgação das informações referentes à gestão de riscos, Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR) estabelecida pela Circular nº 3.678/13, revogada a partir de 01/01/2020 pela Circular nº 3.930/19, no âmbito da Resolução nº 4.557/17, também estão disponíveis no endereço de acesso público: Deutsche Bank Brasil.

Atuação:
Presente no Brasil desde 1911, o Deutsche Bank é um banco múltiplo com carteira comercial e de investimento. No país, atua na estruturação de operações no mercado financeiro, além de operações de tesouraria e financiamento. Oferece também serviços de gerenciamento de caixa, câmbio e derivativos, originação e estruturação de operações.
Com estrutura global e experiência local, o Deutsche Bank Brasil oferece soluções inovadoras para grandes empresas nacionais e internacionais, instituições financeiras, investidores locais e estrangeiros. Isto também permite que o Deutsche Bank responda às crescentes demandas de automação, expectativas regulatórias, bem como à necessidade dos clientes por padronização e transparência nas transações e pela execução de diferentes soluções financeiras.
O grupo Deutsche Bank é uma das maiores instituições financeiras do mundo. O Deutsche vem transformando seu modelo de negócios desde 2019. Como resultado, o Deutsche Bank está entrando em uma fase de crescimento sustentável, beneficiando-se de uma configuração mais enxuta e focada.
O núcleo da estratégia de crescimento é expandir ainda mais a posição do Deutsche Bank como "Global Hausbank". Como o banco líder na Alemanha com fortes raízes europeias e uma rede global com um conjunto abrangente de produtos, o Deutsche Bank pretende se tornar o primeiro ponto de contato em todas as questões financeiras, aspirando ajudar os clientes a navegar pelas mudanças geopolíticas e macroeconômicas e acelerar sua transição para um economia mais sustentável e digitalizada.
O Banco possui três prioridades estratégicas, com foco em atender as necessidades de nossos clientes. Em primeiro lugar, o mundo está mudando rapidamente, tanto a nível geopolítico como econômico. A situação geopolítica é incerta e o mundo vive uma regionalização e fragmentação das cadeias de abastecimento globais. Isto requer aconselhamento personalizado nos países onde temos presença que apenas os bancos globais podem fornecer. Sendo assim, o Deutsche Bank pode apoiar os seus clientes, ajudando-os a gerir os seus riscos, financiando a sua transformação digital e sustentável e permitindo-lhes investir em ativos para gerar riqueza. Como segunda prioridade, o Deutsche Bank também está apoiando os clientes numa transição sustentável. O plano do Deutsche Bank é permitir um volume acumulado de financiamentos e investimentos ESG de mais de $ 500 milhões de euros, conforme definido no Quadro de Finanças Sustentáveis do Deutsche Bank, no período de 2020 até ao final de 2025. Em 2023, o Banco publicou a sua transição inicial, planejando e desenvolvendo uma ampla gama de instrumentos e soluções financeiras para clientes de diversos setores para ajudá-los a descarbonizar seus negócios. Finalmente e não menos importante, como terceira prioridade estratégica, o Deutsche Bank está perfeitamente consciente de que deve aproveitar a tecnologia para apoiar o crescimento sustentável. A tecnologia está avançando a um ritmo rápido e os bancos devem preparar-se para aproveitá-la para, junto aos clientes, criar valor. A inteligência artificial e a análise de dados moldarão o futuro do setor bancário e impulsionarão serviços inovadores. Mas também é essencial sermos mais eficientes, melhorando os controles e reduzindo os custos operacionais, trazendo como consequência uma simplificação das nossas plataformas.

Atividades culturais e sociais:
O Deutsche busca criar capital social em todas as regiões em que opera por meio do investimento em projetos culturais e sociais.
As ações de Responsabilidade Corporativa estão amparadas pelas unidades regionais do Banco e, globalmente, pela Fundação Deutsche Bank. No Brasil, o Deutsche Bank e a Fundação Deutsche Bank Américas atuam de maneira conjunta em projetos de entidades não governamentais sem fins lucrativos, em linha com a estratégia global de Responsabilidade Corporativa do Banco, relacionados às áreas de cidadania corporativa: Educação, Investimento Social, Arte & Música, Sustentabilidade e Voluntariado.
O Deutsche Bank Brasil realiza ações de Responsabilidade Corporativa por meio de iniciativas do seu quadro de colaboradores e familiares, da Fundação Deutsche Bank e usando recursos de Leis de Incentivo Fiscal (FUMCAD, CONDECA, Lei do Esporte, Rouanet, Fundo do Idoso, PRONON e PRONAS).
O ano de 2024 foi de muitas atividades, o time de voluntários do Deutsche participou de diversas campanhas para arrecadação de recursos, roupas e alimentos. Arrecadamos junto ao DB Foundation $25 mil dólares para apoiar as vítimas de enchentes no Rio Grande do Sul, além de alimentos, roupas e cobertores doados pelos colaboradores do Deustche para a população local. Numa nova iniciativa, junto com a ONG Cidades Sem Fome, com quem já havíamos trabalhado em 2022, construímos uma horta na Casa Ronald McDonald de Itaquera, que apoia crianças e familiares em tratamento de câncer. Para a campanha de agasalho escolhemos a ONG Sonhos de Infância, que atende crianças carentes na periferia de São Paulo. Estas mesmas crianças foram também presenteadas com kits de lanches do McDonalds, numa outra ação de arrecadação de recursos para apoiar o Instituto Ronald McDonald. Para a campanha de alimentos arrecadamos cestas básicas para as famílias atendidas pela ONG Afago, e latas de leite especial para as crianças atendidas pela ONG Cotic. No nosso segundo evento de voluntariado do ano fomos até a ONG Instituto Sonhe, que atende crianças em situação de vulnerabilidade no centro de São Paulo, para uma manhã de brincadeiras enquanto ajudamos a pintar a sede do Instituto. Fizemos também um evento de sustentabilidade, onde um grupo de voluntários do Deustche visitou uma área de preservação ambiental em Cotia para o plantio de árvores e aprender sobre o manejo e recuperação de orquídeas que iriam para descarte. Por último, fechamos o ano com a campanha de Natal, e neste ano apoiamos o núcleo de convivência da ONG Unibes, que atende idosos. Na ocasião da entrega dos presentes um grupo de voluntários do Deustche esteve com eles, participando de uma tarde animada com varias atividades.
Para mais informações sobre as atividades culturais e sociais do Deutsche Bank no Brasil, visite nossa "Home Page" www.db.com/brasil.

Responsabilidade Social, Ambiental e Climática:
Em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) do Deutsche Bank Brasil e com base nos critérios da Resolução CMN nº 4.945/21, o Banco assume o compromisso com a proteção social, ambiental e climática como parte de seu modelo de negócios, adequado à dimensão e à relevância de suas operações e complexidade de produtos, serviços e atividades. Dessa forma, o Banco exige que suas operações não se envolvam em atividades que possam causar danos à sociedade e seus indivíduos, através do desrespeito aos diretos humanos e/ou o bem-estar da população e, também, danos ao meio ambiente e/ou o patrimônio histórico.
Diante do acima exposto, a PRSAC descreve os princípios e diretrizes relativos aos tópicos sociais e ambientais, incluindo climáticos, do Banco na condução de seus negócios, de suas atividades, de seus processos, bem como de sua relação com as partes interessadas.
Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.945/21, a PRSAC pode ser encontrada na internet, no seguinte endereço: Politica-de-Responsabilidade-Social-Ambiental-e-Climatica-PRSAC-Deutsche-Bank-Brasil-.pdf.

Canal de denúncias:
Em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.859/20, o Banco oferece um canal de denúncias a seus colaboradores, clientes e fornecedores, por meio do qual podem ser reportadas quaisquer situações que, na visão do denunciante, representem práticas inadequadas de qualquer natureza, sejam elas relativas a negócios, relações entre colaboradores, descumprimento de normas etc.
Este canal de denúncias protege o anonimato do denunciante e garante a não-retaliação em todas as formas.
Os procedimentos de utilização do canal de comunicação podem ser encontrados na internet, no seguinte endereço: https://country.db.com/brazil/canal-de-denuncia.

Home Page:
Convidamos nossos clientes e parceiros a visitarem nossa "*Home Page*" www.db.com/brasil, por meio da qual temos satisfação em disponibilizar informações detalhadas sobre as atividades operacionais e demonstrações financeiras do Deutsche Bank no Brasil.

São Paulo, 24 de março de 2025.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Ativo			
Disponibilidades	6	**131.966**	**172.329**
Instrumentos financeiros		**29.459.959**	**15.856.020**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7	10.051.594	3.230.202
Títulos e valores mobiliários	8	2.577.743	5.022.912
Instrumentos financeiros derivativos	9	2.870.137	3.335.777
Títulos e créditos a receber	10	603.563	691.466
Operações de crédito	10	1.047.522	950.134
Carteira de câmbio	11	12.309.400	2.625.529
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10	**(5.701)**	**(4.640)**
Ativos fiscais correntes e diferidos		**286.159**	**116.442**
Impostos e contribuições a compensar		49.155	54.224
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	13	237.004	62.218
Outros ativos	12	**615.570**	**636.575**
Imobilizado de uso		**17.198**	**18.861**
Outras imobilizações de uso		41.797	42.596
Depreciações acumuladas		(24.599)	(23.735)
Total do Ativo		**30.505.151**	**16.795.587**

	Nota	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Passivo e patrimônio líquido			
Depósitos e demais instrumentos financeiros		**26.563.159**	**13.261.876**
Depósitos de clientes e instituições financeiras	14	3.614.057	3.870.611
Obrigações por operações compromissadas		19.997	-
Recursos de aceites cambiais e emissão de títulos		208.711	-
Obrigações por empréstimos e repassses	15	7.733.200	4.409.996
Instrumentos financeiros derivativos	9	3.129.699	2.829.489
Carteira de câmbio	11	11.857.495	2.151.780
Provisões	17	**602.377**	**201.534**
Obrigações fiscais		**149.743**	**145.737**
Imposto de renda e contribuição social – Corrente		49.501	76.869
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	13	80.054	28.962
Outras obrigações fiscais		20.188	39.906
Outros passivos	16	**488.219**	**332.684**
Patrimônio líquido		**2.701.653**	**2.853.756**
Capital social	20(a)	1.928.551	1.928.551
Reservas de lucros	20(b)	763.583	924.966
Outros resultados abrangentes	20(c)	9.519	239
Total do passivo e patrimônio líquido		**30.505.151**	**16.795.587**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2º semestre 2024	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Receitas de intermediação financeira		**954.392**	**1.898.803**	**760.880**
Operações de crédito		78.152	147.816	171.837
Aplicações interfinanceiras de liquidez		370.939	619.031	431.440
Títulos e valores mobiliários		138.433	343.131	400.309
Aplicações em moedas estrangeiras		3.378	11.577	12.747
Instrumentos financeiros derivativos	9(f)	363.490	777.248	(255.453)
Despesas de intermediação financeira		**(650.471)**	**(1.377.036)**	**(273.842)**
Operações de captação no mercado		(156.201)	(296.810)	(292.689)
Operações de empréstimos e repasses		(129.889)	(254.240)	(209.602)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10(a)	(1.470)	(6.687)	10.196
Resultado de operações de câmbio	22(i)	(362.911)	(819.299)	218.253
Resultado bruto de intermediação financeira		**303.921**	**521.767**	**487.038**
Outras receitas / (despesas) operacionais		**(172.907)**	**(713.963)**	**(190.877)**
Receitas de prestação de serviços	22(b)	111.401	172.022	107.910
Benefícios a empregados	22(c)	(132.755)	(246.084)	(166.845)
Outras despesas administrativas	22(e)	(134.667)	(217.235)	(143.262)
Despesas tributárias	22(f)	(45.031)	(81.662)	(72.976)
Provisões / reversões de provisões para contingências	18	(12.817)	(373.935)	(1.166)
Outras receitas operacionais	22(g)	54.196	104.887	140.736
Outras despesas operacionais	22(h)	(13.234)	(71.956)	(55.274)
Resultado operacional		**131.014**	**(192.196)**	**296.161**
Resultado não operacional		**(16)**	**(78)**	**(1.195)**
Resultado antes dos tributos e participações		**130.998**	**(192.274)**	**294.966**
Imposto de renda e contribuição social		**(58.003)**	**80.891**	**(95.295)**
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	21	(40.397)	(50.395)	(84.311)
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	13(d)	(17.606)	131.286	(10.984)
Participações nos lucros e resultado		**-**	**-**	**(6.581)**
Lucro líquido / (prejuízo) do semestre / exercício		**72.995**	**(111.383)**	**193.090**
Quantidade de ações	20(a)	**1.246.597.185**	**1.246,597.185**	**1.246.597.185**
Lucro / (prejuízo) por ação básico – R$	20(e)	**0.06**	**(0.09)**	**0.15**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**1.644.551**	**831.876**	**772**	**-**	**2.477.199**
Aumento de capital		284.000	-	-	-	284.000
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-
Títulos disponíveis para venda		-	-	1.734	-	1.734
Ajustes de avaliação atuarial		-	-	(2.267)	-	(2.267)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	193.090	193.090
Destinação do lucro líquido		-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal		-	9.655	-	(9.655)	-
Constituição de reserva para expansão		-	83.435	-	(83.435)	-
Juros sobre o capital próprio	20 (d)	-	-	-	(100.000)	(100.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1.928.551**	**924.966**	**239**	**-**	**2.853.756**
Ajustes de avaliação patrimonial						
Títulos disponíveis para venda		-	-	216	-	216
Ajustes de avaliação atuarial		-	-	9.064	-	9.064
Prejuízo do exercício		-	-	-	(111.383)	(111.383)
Juros sobre o capital próprio	20 (d)	-	-	-	(50.000)	(50.000)
Destinação do resultado do exercício		-	(161.383)	-	161.383	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**1.928.551**	**763.583**	**9.519**	**-**	**2.701.653**
Saldos em 30 de junho de 2024		**1.928.551**	**924.966**	**160**	**(184.378)**	**2.669.299**
Aumento de capital		-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-
Títulos disponíveis para venda		-	-	295	-	295
Ajustes de avaliação atuarial		-	-	9.064	-	9.064
Lucro líquido do semestre		-	-	-	72.995	72.995
Juros sobre o capital próprio	20 (d)	-	-	-	(50.000)	(50.000)
Destinação do resultado do exercício		-	(161.383)	-	161.383	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**1.928.551**	**763.583**	**9.519**	**-**	**2.701.653**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - *(Em milhares de Reais)*

	2º semestre 2024	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Lucro líquido / (prejuízo) do semestre / exercício	**72.995**	**(111.383)**	**193.090**
Outros resultados abrangentes	**9.359**	**9.280**	**(533)**
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente ao resultado			
T.V.M. disponíveis para venda – Líquido do efeito tributário	295	216	1.734
Itens que não poderão ser reclassificados subsequentemente ao resultado			
Ajuste de avaliação atuarial – Líquido do efeito tributário	9.064	9.064	(2.267)
Resultado abrangente do semestre / exercício	**82.354**	**(102.103)**	**192.557**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2º semestre 2024	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Atividades operacionais				
Lucro líquido ajustado do semestre / exercício		**8.553.326**	**10.961.459**	**251.716**
Lucro líquido / (prejuízo) do semestre / exercício		**72.995**	**(111.383)**	**193.090**
Ajustes ao lucro líquido		**8.480.331**	**11.072.842**	**58.626**
Despesas de depreciação e amortização	22(e)	2.137	3.838	4.158
Provisão / reversão de provisão para passivos contingentes	18	12.817	373.935	1.166
Despesas com atualização monetária de processos judiciais	22(h)	9.327	29.035	5.264
Receitas com atualização depósitos judiciais	22(g)	(8.494)	(17.310)	(22.455)
Receitas com atualização taxa Selic – tributos	22(g)	(578)	(1.048)	(1.336)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		8.401.404	10.572.337	75.614
Efeitos da variação cambial nas operações de câmbio – Ativo		92.483	286.524	(17.426)
Efeitos da variação cambial nas operações de câmbio – Passivo		(80.851)	(268.047)	47.095
Efeitos da variação cambial nos empréstimos e repasses		33.010	218.177	(34.242)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10(a)	1.470	6.687	(10.196)
Impostos diferidos		17.606	(131.286)	10.984
Variação de ativos e passivos		**883.695**	**3.121.971**	**(479.793)**
(Aumento) / redução em instrumentos financeiros		583.281	2.960.187	(497.051)
(Aumento) / redução em ativos e obrigações fiscais correntes		44.965	(18.092)	80.280
(Aumento) / redução em ativos e passivos fiscais diferidos		7.657	7.592	11.739
(Aumento) / redução em outros ativos		460.085	38.316	(68.048)
(Redução) / aumento em outros passivos		(178.977)	155.534	25.058
(Redução) / aumento em provisões		(2.457)	1.311	5.069
Imposto de renda e contribuição social pagos		(30.859)	(22.877)	(36.840)
Caixa (utilizado) / gerado nas atividades operacionais		**9.437.021**	**14.083.430**	**(228.077)**
Atividades de investimento				
Aquisições em imobilizado de uso		(1.738)	(2.175)	(2.906)
Caixa utilizado nas atividades de investimento		**(1.738)**	**(2.175)**	**(2.906)**
Atividades de financiamento				
(Redução) / aumento em obrigações por empréstimos e repasses		1.920.049	3.105.027	587.649
Aumento de capital		-	-	284.000
Juros sobre o capital próprio pagos		(50.000)	(50.000)	(100.000)
Caixa (utilizado) / gerado nas atividades de financiamento		**1.870.049**	**3.055.027**	**771.649**
Aumento / (redução) do caixa e equivalentes de caixa		**11.305.332**	**17.136.282**	**540.666**
Demonstrações da variação do caixa e equivalentes de caixa				
Início do período		6.792.991	3.132.974	2.667.922
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(8.401.404)	(10.572.337)	(75.614)
Fim do período	6	9.696.919	9.696.919	3.132.974
Aumento / (redução) do caixa e equivalentes de caixa		**11.305.332**	**17.136.282**	**540.666**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - *(Em milhares de Reais)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão ("Banco"), com sede em São Paulo - SP, está organizado sob a forma de banco múltiplo autorizado a operar com as carteiras comercial, de investimentos e de câmbio. O Banco é uma subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft com sede em Frankfurt - Main, Alemanha.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).
Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.
As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto e os valores de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, às aplicações interfinanceiras de liquidez - aplicações em operações compromissadas, com conversibilidade imediata, ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias, e às reservas no BACEN.
Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução do BACEN nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações contábeis. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com os saldos do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.
A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração do Banco em 24 de março de 2025.

a. Normas aplicáveis a exercícios futuros

Resolução CMN nº 4.966/21
Em 25 de novembro de 2021 foi emitida a Resolução CMN nº 4.966, conforme alterada, norma esta convergente aos padrões internacionais e que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Tal normativo entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.
Em complemento à Resolução CMN nº 4.966/2021, em 23 de novembro de 2023, o BACEN emitiu a Resolução BCB n° 352, que revogou a Resolução BCB 309/2023 e dispôs acerca dos procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
Ainda, em 01 de dezembro de 2023, o BACEN emitiu as Instruções Normativas BCB nº 426 a 433, conforme alteradas, que definem as rubricas contábeis dos grupos: Ativo Realizável, Ativo Permanente, Compensação Ativa, Passivo Exigível, Patrimônio Líquido, Resultado Credor, Resultado Devedor e Compensação Passiva, todas do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização pelas instituições financeiras.
O objetivo dos referidos normativos é permitir que a escrituração contábil refletida no plano de contas Cosif esteja alinhada aos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23.
Conforme anteriormente mencionado, a Resolução CMN nº 4.966/21 passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2025 sendo que, seu artigo 78 dispõe que as instiuições financeiras devem divulgar nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024 os impactos estimados da implementação da regulação contábil estabelecida pelo referido normativo sobre o resultado e a posição financeira da instituição.
Convém destacar que, de acordo com o disposto no artigo 70 da Resolução CMN nº 4.966/21, os critérios contábeis por ela estabelecidos devem ser aplicados prospectivamente a partir da data de sua entrada em vigor, sendo que, os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação desses critérios devem ser registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.
Assim, para fins de transição da norma, em 1º de janeiro de 2025 os efeitos decorrentes da implementação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 foram registrados em contrapartida da conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo os mesmos apresentados conforme segue:

- Classificação de ativos financeiros: de acordo com a referida norma, os ativos financeiros devem ser classificados em três diferentes categorias, quais sejam, (i) custo amortizado, (ii) valor justo em outros resultados abrangentes, e (iii) valor justo no resultado, com base no modelo de negócios da instituição para gestão de ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos. Assim, a partir da vigência da Resolução CMN nº 4.966/21, as operações de câmbio passaram a ser classificadas na categoria valor justo no resultado e registradas como instrumentos financeiros derivativos. Ademais, quando aplicável, os ganhos e perdas não realizados registrados como componente destacado no Patrimônio Líquido na conta de Outros Resultados Abrangentes foram ajustados em contrapartida do resultado do período.
- Mensuração inicial e subsequentes: de acordo com a referida norma, os instrumentos financeiros classificados nas categorias valor justo no resultado ou valor justo em outros resultados abrangentes devem ser avaliados pelo valor justo sendo que, a parcela da variação no valor justo de passivo financeiro derivativo mensurado no nível 2 ou 3 de hierarquia de valor justo, decorrente de alterações no risco de credito próprio da instituição, deve ser reconhecida como componente destacado em outros resultados abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
- Mensuração das perdas esperadas: de acordo com a nova metodologia, a mensuração da perda esperada se realizará por meio da aplicação dos seguintes fatores: (i) exposição à inadimplência (EAD), (ii) probabilidade de inadimplência (PD), e (iii) perda por inadimplência (LGD). Para a estimativa dos parâmetros citados, o Banco tem aplicado a sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para o cálculo desses parâmetros tanto para fins do ambiente regulatório, quanto para gestão interna. Não obstante, convém destacar que, além da mudança na metodologia, o escopo dos ativos financeiros sujeitos à constituição de perda esperada foi expandido pela Resolução CMN nº 4.966/21.

Diante do acima exposto, o impacto estimado decorrente da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21, líquido dos efeitos tributários, é imaterial sendo inferior a 0,1% do Patrimônio Líquido do Banco.
Por fim, não há impacto decorrente da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 no tocante aos demais critérios contábeis estabelecidos pela referida norma, substancialmente no que se refere: (i) à aplicação da metodologia de apuração da taxa de juros efetiva, haja vista a faculdade referente ao reconhecimento diretamente no resultado do exercício dos custos de transação e dos valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento financeiro considerados imateriais, e (ii) ao diferimento da diferença entre o valor justo e o valor da contraprestação paga ou recebida na aquisição, originação ou emissão para os instrumentos financeiros mensurados no nível 3 da hierarquia do valor justo (reserva Day-One PnL).

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil
Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 29/03/2025
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/03/29/Deutsche1581702329032025.pdf
Hash:17432031613935af9fc9f447099c16c8084c99ecdb

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA
CNPJ nº 62.331.228/0001-11
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º andar - CEP 04538-132
São Paulo - SP

Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

Resolução CMN nº 4.975/21

A Resolução CMN nº 4.975/21, conforme alterada, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esse normativo entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

Dentre as principais alterações trazidas pelo referido normativo destaca-se o reconhecimento de um ativo de direito de uso em contrapartida a um passivo de arrendamento, sendo as despesas com juros decorrentes do passivo e as despesas de depreciação decorrentes do ativo reconhecidas no resultado do período de forma segregada.

O Banco optou por utilizar a faculdade prevista em norma de forma que, o saldo de estoque referente a operações iniciadas anteriormente a 1º de janeiro de 2025 serão tratadas como se a norma tivesse sido aplicada desde a data de aplicação inicial da primeira divulgação segundo a norma internacional IFRS (16), sendo o efeito da aplicação inicial registrado em contrapartida da conta de lucros ou prejuízos acumulados.

O impacto estimado decorrente da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.975/21 é imaterial.

3. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Banco estão apresentadas de forma individual. As atividades da Agência no exterior – Uruguai foram encerradas em 2017, sendo que a repatriação dos investimentos ocorreu entre os exercícios de 2016 e 2017. Em 27 de janeiro de 2023, o Banco Central do Uruguai concluiu o processo de encerramento da agência mediante a assinatura da liberação da garantia.

4. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Principais práticas contábeis:

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. O BACEN aprovou os seguintes pronunciamentos: **(i)** CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, **(ii)** CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, **(iii)** CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, **(iv)** CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, **(v)** CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, **(vi)** CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, **(vii)** CPC 24 - Evento Subsequente, **(viii)** CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, **(ix)** CPC 28 – Propriedade para Investimento, **(x)** CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, **(xi)** CPC 41 - Resultado por Ação, **(xii)** CPC 46 – Mensuração do valor Justo, e **(xiii)** CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Adicionalmente, o Conselho Monetário Nacional editou as resoluções abaixo visando a redução de assimetrias em relação aos padrões internacionais:

Resolução nº 3.533/08 - Estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

Resolução nº 4.512/16 - Dispõe sobre procedimentos contábeis aplicáveis na avaliação e no registro de provisão passiva para garantias financeiras prestadas.

Resolução nº 4.524/16 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior.

Resolução nº 4.534/16 e 4.535/16 - Dispõe sobre os critérios para reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível, ativo diferido e ativo imobilizado de uso.

Resolução nº 4.747/19 - Estabelece critérios para reconhecimento e mensuração contábeis de ativos não financeiros mantidos para venda. Esta resolução entrou em vigor na data de 01 de janeiro de 2021.

Resolução nº 4.818/20 e Resolução do BACEN nº 2/2020 - Dispõem sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras.

Resolução nº 4.910/21 - Dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Resolução nº 4.924/21 - Dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Resolução nº 4.966/21 - Dispõe sobre os conceitos contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Convém destacar que, à exceção dos artigos referentes à mensuração de investimentos mantidos para venda, à contabilidade de hedge e ao plano para implementação da regulamentação contábil estabelecida pelo normativo em questão, a Resolução nº 4.966/21 entra em vigor em 1º de janeiro de 2025 (nota 2 (a)).

Resolução nº 4.967/21 - Dispõe sobre os critérios a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil no reconhecimento, na mensuração e na evidenciação contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado.

Resolução nº 4.975/21, conforme alterada pela Resolução CMN nº 5.101, de 24 de agosto de 2023 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esse normativo entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 (nota 2 (a)).

Em 04 de novembro de 2022, foi publicada a Instrução Normativa BCB nº 319, que revoga a Carta Circular nº 3.429/2010, que esclarece acerca dos procedimentos para o registro contábil de obrigações tributárias em discussão judicial. A Instrução Normativa BCB nº 319/2022 busca convergência ao IAS 37, cujo correspondente no Brasil é o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, recepcionado pela Resolução CMN nº 3.823/2009. Dessa forma, referido normativo esclarece que, o passivo relativo às obrigações tributárias objeto de discussão judicial somente deve ser reconhecido contabilmente caso seja provável a saída de recursos para liquidar a respectiva obrigação, devendo a avaliação dessa probabilidade ser efetuada pela própria instituição sujeita a honrar a obrigação no futuro. Esse normativo entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.

Ainda, em 14 de junho de 2023, foi publicada a Lei nº 14.596 que dispõe sobre regras de preços de transferência ("TP") relativas ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), aproximando-as aos preceitos da OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico. Os impactos da respectiva lei no tocante à metodologia de cálculo aplicável às receitas decorrentes de transações com partes relacionadas encontram-se sob análise do Banco. Referido normativo entrou em vigor em 1º de janeiro de 2024.

A elaboração e apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização do imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros e derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são compostos por saldos em conta corrente, aplicações em moedas estrangeiras e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento na data da aquisição é igual ou inferior a 90 dias, de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a risco insignificante de mudança de valor.

c. Instrumentos financeiros

• Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração nas categorias de títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento.

O Banco apresenta em sua carteira as seguintes categorias:

i) Títulos para negociação: são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.

ii) Títulos disponíveis para venda: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("*accrual*") são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor de mercado ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

iii) Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até os respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Perdas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

• Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção *("hedge")*.

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são avaliadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado.

Adicionalmente, em relação às políticas e estratégias, informamos que os derivativos efetuados como "*hedge*" de risco de mercado são realizados para atender as demandas de clientes, bem como atender as necessidades de administrar a exposição global de risco.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam (i) altamente correlacionados às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como "*hedge*" de acordo com sua natureza:

i) "*Hedge*" de Risco de Mercado - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultados.

ii) "*Hedge*" de Fluxo de Caixa - A parcela efetiva de "*hedge*" dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados, são contabilizadas pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do "*hedge*" é reconhecida diretamente na demonstração de resultados.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve "*hedge accounting"*.

• Aplicações interfinanceiras de liquidez, depósitos e captações no mercado aberto

As operações prefixadas são registradas pelo valor do principal acrescido pelos respectivos encargos, retificadas pelas rendas/despesas a apropriar, cuja apropriação pro rata dia é reconhecida no decorrer dos prazos contratuais.

As operações pós-fixadas são registradas pelo valor do principal e acrescidas de encargos contratuais pro rata dia.

• Operações de crédito

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

As operações são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira.

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações de venda e transferência de ativos financeiros com retenção substancial de todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da transação são registradas e demonstradas conforme determina a Resolução CMN nº 3.533/08 (revogada a partir de 1º de janeiro de 2025 pela Resolução CMN nº 4.966/21), que está em vigor desde 1º de janeiro de 2012:

i) As receitas são apropriadas mensalmente ao resultado do período pelo prazo remanescente das operações de acordo com as taxas contratuais pactuadas; e

ii) Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do semestre, pelo prazo remanescente da operação.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 houve compras de ativos financeiros, conforme descrito na nota 10 (b).

d. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída em montante julgado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização de operações de empréstimos, financiamentos, repasses e adiantamentos sobre contratos de câmbio. Foram observadas as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99.

A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados as garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução CMN nº 4.512/16. É constituída em montante considerado suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada. As classificações das operações estão consoantes aos requerimentos aplicados da Resolução CMN nº 2.682/99.

e. Saldos em moedas estrangeiras

Os valores (ativos e passivos) em moedas estrangeiras estão atualizados às taxas oficiais de câmbio em vigor na data do encerramento do período e são acrescidas de encargos contratuais atualizados pro rata dia.

f. Imobilizado de uso e depreciações acumuladas

Até dezembro de 2016 o ativo imobilizado era demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. As principais taxas anuais eram de 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução CMN nº 4.535/16, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil o período de tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo.

g. Passivos circulante e exigível a longo prazo

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base pro rata dia) e cambiais incorridos. As provisões para contingências, de qualquer natureza, são reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito da ação e a opinião de seus consultores jurídicos. As contingências são registradas de acordo com o estabelecido pelo CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. A provisão é considerada suficiente para cobrir prováveis perdas que possam ser incorridas pelo Banco.

h. Imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. Para as empresas financeiras, a contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos "Bancos" de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020.

No dia 1º de março de 2021, foi aprovada a Medida Provisória nº 1.034 pela qual passam a vigorar novas alíquotas de CSLL. Para a contribuição social ficou estabelecida a alíquota de 25% até o dia 31 de dezembro de 2021 e 20% a partir do dia 1º de janeiro de 2022.

No dia 28 de abril de 2022, foi aprovada a Medida Provisória nº 1.115 que altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, que institui a contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas, determinando a aplicação, até 31 de dezembro de 2022, da alíquota da CSLL equivalente a 21% (vinte e um por cento), no caso de bancos de qualquer espécie.

Por fim, em 16 de novembro de 2022 foi publicada a Lei nº 14.467, posteriormente alterada pela Lei nº 15.078/24, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Referido normativo passou a produzir efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025.

i. Redução ao valor recuperável de ativos – "*Impairment*"

O CPC 01, conforme recepcionado pela Resolução CMN nº 3.566/08 (revogado a partir de 1º de janeiro de 2022 pela Resolução CMN nº 4.924/21), dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos – "*impairment*". De acordo com a Resolução, os ativos são revisados para a verificação de "*impairment*" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por "*impairment*" ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado. A Administração avalia anualmente os ativos para fins de "*impairment*". Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração não identificou nenhuma perda em relação ao valor recuperável de ativos não financeiros a ser reconhecida nas demonstrações financeiras.

5. SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os ativos e passivos circulantes e não circulantes a serem recuperados ou liquidados em até 12 meses ou em prazo superior a 12 meses são compostos conforme segue:

	Dezembro 2024	Circulante	Não circulante	Dezembro 2023	Circulante	Não circulante
Disponibilidades	**131.966**	**131.966**	**-**	**172.329**	**172.329**	**-**
Instrumentos financeiros	**29.459.959**	**27.231.616**	**2.228.343**	**15.856.020**	**13.928.674**	**1.927.346**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	10.051.594	9.880.950	170.644	3.230.202	3.230.202	-
Títulos e valores mobiliários	2.577.743	1.965.489	612.254	5.022.912	4.195.870	827.042
Instrumentos financeiros derivativos	2.870.137	2.318.911	551.226	3.335.777	2.584.315	751.462
Títulos e créditos a receber	603.563	550.429	53.134	691.466	646.300	45.166
Operações de crédito	1.047.522	653.387	394.135	950.134	723.580	226.554
Carteira de câmbio	12.309.400	11.862.450	446.950	2.625.529	2.548.407	77.122
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**(5.701)**	**(1.449)**	**(4.252)**	**(4.640)**	**(417)**	**(4.223)**
Ativos fiscais correntes e diferidos	**286.159**	**32.981**	**253.178**	**116.442**	**40.027**	**76.415**
Impostos e contribuições a compensar	49.155	32.981	16.174	54.224	40.027	14.197
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	237.004	-	237.004	62.218	-	62.218
Outros ativos	**615.570**	**261.101**	**354.469**	**636.575**	**309.215**	**327.360**
Imobilizado de uso	**17.198**	**-**	**17.198**	**18.861**	**-**	**18.861**
Outras imobilizações de uso	41.797	-	41.797	42.596	-	42.596
Depreciações acumuladas	(24.599)	-	(24.599)	(23.735)	-	(23.735)
Total do ativo	**30.505.151**	**27.656.215**	**2.848.936**	**16.795.587**	**14.449.828**	**2.345.759**

	Dezembro 2024	Circulante	Não circulante	Dezembro 2023	Circulante	Não circulante
Depósitos e demais instrumentos financeiros	**26.563.159**	**24.520.229**	**2.042.930**	**13.261.876**	**8.352.219**	**4.909.657**
Depósitos de clientes e instituições financeiras	3.614.057	3.335.954	278.103	3.870.611	3.352.218	518.393
Obrigações por empréstimos e repasses	7.733.200	7.204.087	529.113	4.409.996	459.526	3.950.470
Instrumentos financeiros derivativos	3.129.699	2.498.188	631.511	2.829.489	2.397.945	431.544
Obrigações por operações compromissadas	19.997	19.997	-	-	-	-
Carteira de câmbio	11.857.495	11.462.003	395.492	2.151.780	2.142.530	9.250
Recursos de aceites cambiais e emissão de títulos	208.711	-	208.711			
Provisões	**602.377**	**13.092**	**589.285**	**201.534**	**7.651**	**193.883**
Obrigações fiscais	**149.743**	**69.689**	**80.054**	**145.737**	**116.775**	**28.962**
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	49.501	49.501	-	76.869	76.869	-
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	80.054	-	80.054	28.962	-	28.962
Outras obrigações fiscais	20.188	20.188	-	39.906	39.906	-
Outros passivos	**488.219**	**463.978**	**24.241**	**332.684**	**306.778**	**25.906**
Patrimônio líquido	**2.701.653**	**-**	**-**	**2.853.756**	**-**	**-**
Capital social	1.928.551	-	-	1.928.551	-	-
Reservas de lucros	763.583	-	-	924.966	-	-
Outros resultados abrangentes	9.519	-	-	239	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	**30.505.151**	**25.066.988**	**2.736.510**	**16.795.587**	**8.783.423**	**5.158.408**

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os valores de caixa e equivalentes de caixa, apresentados nas Demonstrações dos Fluxo de Caixa, são compostos conforme segue:

	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Banco Central do Brasil – Reservas livres, compulsórias e recolhimentos obrigatórios	7.461	55.857
Depósitos no exterior em moedas estrangeiras [(a)]	124.505	116.472
Aplicações em operações compromissadas [(b)] (nota 7)	9.564.953	2.960.645
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	**9.696.919**	**3.132.974**

[(a)] O saldo total de disponibilidades em moeda estrangeira monta R$ 124.505 em dezembro de 2024 (dezembro 2023 – R$ 116.472), sendo com partes relacionadas um montante de R$ 91.767 em dezembro de 2024 (dezembro 2023 – R$ 101.951) (nota 19 (a)).

[(b)] Referem-se à aplicações no mercado aberto cujo vencimento na data da aplicação é igual ou inferior a 90 dias.

7. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a. Os lastros que compõem o saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstrados conforme segue:

	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1.404.954	-
Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B)	8.159.999	2.960.645
Subtotal – Operações compromissadas	**9.564.953**	**2.960.645**
Aplicações em depósitos interfinanceiros	278.273	28.771
Aplicações em moedas estrangeiras (nota 19 (a))	208.368	240.786
Subtotal – Depósitos interfinanceiros e moedas estrangeiras	**486.641**	**269.557**
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	**10.051.594**	**3.230.202**

b. A composição das aplicações interfinanceiras de liquidez por vencimento é demonstrada conforme segue:

		Dezembro 2024		
		Valor contábil por faixa de vencimento		
	Custo atualizado	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Aplicações em operações compromissadas				
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1.404.954	1.404.954	-	1.404.954
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	8.159.999	8.159.999	-	8.159.999
Subtotal	**9.564.953**	**9.564.953**	**-**	**9.564.953**
Aplicações em depósitos interfinanceiros e moedas estrangeiras				
Depósitos interfinanceiros	278.273	107.629	170.644	278.273
Moedas estrangeiras	208.368	208.368	-	208.368
	486.641	**315.997**	**170.644**	**486.641**
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	**10.051.594**	**9.880.950**	**170.644**	**10.051.594**

		Dezembro 2023	
		Valor contábil por faixa de vencimento	
	Custo atualizado	Até 3 meses	Total
Aplicações em operações compromissadas			
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	2.960.645	2.960.645	2.960.645
Subtotal	**2.960.645**	**2.960.645**	**2.960.645**
Aplicações em depósitos interfinanceiros e moedas estrangeiras			
Depósitos interfinanceiros	28.771	28.771	28.771
Moedas estrangeiras	240.786	240.786	240.786
Subtotal	**269.557**	**269.557**	**269.557**
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	**3.230.202**	**3.230.202**	**3.230.202**

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A carteira de títulos e valores mobiliários apresentada no balanço patrimonial está classificada de acordo com os critérios estabelecidos na Circular BACEN nº 3.068/01.

Os títulos públicos federais estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). As debêntures e as cotas de Fundos de Investimento são custodiados na B3.

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. Os títulos privados são contabilizados pelo custo atualizado ou pelo respectivo valor justo estimado. As aplicações em cotas de fundos de investimento foram atualizadas com base nos respectivos valores unitários das quotas divulgados pelo administrador do fundo.

a. Composição por classificação e tipo

O saldo da carteira de títulos e valores mobiliários, bem como sua composição, estão assim demonstrados em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

	Dezembro 2024		Dezembro 2023	
	Custo atualizado	Valor contábil	Custo atualizado	Valor contábil
Títulos para negociação	**1.178.845**	**1.168.895**	**3.146.816**	**3.156.081**
Carteira própria	**803.100**	**794.928**	**1.762.283**	**1.763.784**
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	512.000	507.556	1.629.288	1.629.938
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	-	-	13.084	13.373
Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F)	291.100	287.372	119.911	120.473
Vinculados à prestação de garantias	**375.745**	**373.967**	**1.384.533**	**1.392.297**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	-	289.195	287.675
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	263.567	263.321	719.322	719.971
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	-	-	150.477	154.755
Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F)	112.178	110.646	225.539	229.896
Títulos disponíveis para venda	**551.368**	**549.892**	**497.339**	**496.810**
Carteira própria	**80.688**	**80.553**	**85.295**	**84.700**
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	4.644	4.646
Debêntures [(i)]	80.688	80.553	80.651	80.054
Vinculados à prestação de garantias	**470.680**	**469.339**	**412.044**	**412.110**
Titulos Dados garantias de op câmera LFT	424.414	423.073	-	-
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	371.362	371.428
Fundo de Investimento Liquidez da Câmara BM&FBOVESPA Multimercado ("FILCB")	46.266	46.266	40.682	40.682
Títulos mantidos até o vencimento	**858.956**	**858.956**	**1.370.021**	**1.370.021**
Carteira própria	**858.956**	**858.956**	**1.370.021**	**1.370.021**
Debêntures [(i)]	858.956	858.956	863.600	863.600
Notas comerciais [(ii)]	-	-	506.421	506.421
Total	**2.589.169**	**2.577.743**	**5.014.176**	**5.022.912**

[(i)] As debêntures estão classificadas como títulos disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento e são avaliadas, respectivamente, pelo valor justo estimado ou custo amortizado. Caso as debêntures mantidas até o vencimento fossem avaliadas a valor de mercado apresentariam, em 31 de dezembro de 2024, um ajuste negativo de R$ 43.511 (dezembro 2023 – R$ 40.064). Em 31 de dezembro de 2024, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das debêntures foi de R$ 5.411 (dezembro 2023 – R$ 4.223) (nota 10 (d)).

[(ii)] Em 31 de dezembro de 2023, as notas comerciais classificadas como mantidas até o vencimento e avaliadas pelo custo amortizado, caso fossem avaliadas a valor de mercado, apresentariam um ajuste negativo de R$ 725. Em 31 de dezembro de 2023, não foi constituída provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para as notas comerciais.

b. Composição por prazo de vencimento

Os quadros apresentados a seguir consideram, para efeito de segregação por prazo, o vencimento de cada título.

	Dezembro 2024					
	Custo atualizado	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Valor contábil
Títulos para negociação [(iii)]	**1.178.845**	**157.483**	**227.341**	**508.368**	**275.703**	**1.168.895**
Letras do Tesouro Nacional – LTN	775.567	34.329	227.341	488.680	131.173	881.523
Notas do Tesouro Nacional – Série F	403.278	123.154	-	19.688	144.530	287.372
Títulos disponíveis para venda	**551.368**	**423.073**	**80.553**	**-**	**46.266**	**549.892**
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	424.414	423.073	-	-	-	423.073
FILCB	46.266	-	-	-	46.266	46.266
Debêntures	80.688	-	80.553	-	-	80.553
Títulos mantidos até o vencimento	**858.956**	**142.078**	**150.890**	**300.243**	**265.745**	**858.956**
Debêntures	858.956	142.078	150.890	300.243	265.745	858.956
Total	**2.589.169**	**722.634**	**458.784**	**808.611**	**587.714**	**2.577.743**

	Dezembro 2023					
	Custo atualizado	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Valor contábil
Títulos para negociação [(iii)]	**3.146.816**	**296.104**	**1.109.870**	**1.271.521**	**478.586**	**3.156.081**
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	289.195	287.675	-	-	-	287.675
Letras do Tesouro Nacional – LTN	2.348.610	8.429	1.096.878	1.233.714	10.888	2.349.909
Notas do Tesouro Nacional – Série B	163.561	-	12.992	10.608	144.528	168.128
Notas do Tesouro Nacional – Série F	345.450	-	-	27.199	323.170	350.369
Títulos disponíveis para venda	**497.339**	**-**	**376.074**	**80.054**	**40.682**	**496.810**
Letras do Tesouro Nacional – LTN	376.006	-	376.074	-	-	376.074
FILCB	40.682	-	-	-	40.682	40.682
Debêntures	80.651	-	-	80.054	-	80.054
Títulos mantidos até o vencimento	**1.370.021**	**157.294**	**506.421**	**150.820**	**555.486**	**1.370.021**
Debêntures	863.600	157.294	-	150.820	555.486	863.600
Nota Comercial	506.421	-	506.421	-	-	506.421
Total	**5.014.176**	**453.398**	**1.992.365**	**1.502.395**	**1.074.754**	**5.022.912**

[(iii)] Títulos classificados na categoria para negociação e, assim, apresentados no balanço patrimonial como ativo circulante, independente de suas datas de vencimento, conforme Circular BACEN nº 3.068/01.

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A utilização de instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo principal proporcionar aos clientes proteção contra eventuais riscos provenientes de oscilações de moeda e de taxa de juros. Além disso, estes instrumentos são utilizados pelo Banco na administração diária dos riscos assumidos em suas operações proprietárias.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, considerando as taxas divulgadas pela B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) ou agente de mercado, quando necessário.

Para a obtenção destes valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

Futuros e termo: cotações extraídas da B3;

Swap: estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas pontas, utilizando-se preços da B3, descontando a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da B3;

Continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 29/03/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/03/29/Deutsche1581702329032025.pdf
Hash:17432031613935af9fc9f447099c16c8084c99ecdb

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA
CNPJ nº 62.331.228/0001-11
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º andar - CEP 04538-132
São Paulo - SP

Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

Opções: O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, utilizando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para analisar as volatilidades.
Os saldos decorrentes dessas operações são registrados em conta de compensação e patrimonial, conforme regra específica do Banco Central do Brasil.
Demonstramos a seguir a composição da carteira de derivativos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

a. Composição por indexador:

	Ativo	Passivo	Dezembro 2024 Valor de referência	Dezembro 2023 Valor de referência
Operações de swap	**494.344**	**(650.103)**	**19.197.480**	**17.648.665**
CDI x USD	29.673	(161.903)	1.432.461	1.878.427
USD x CDI	47.345	-	187.313	187.313
CDI x Libor	-	(7.624)	163.339	223.805
CDI x Euribor	-	(9.603)	53.700	
Pré x EUR	-	(6.607)	118.755	65.536
USD x Pré	141.570	(50)	1.959.789	1.121.900
CDI x Pré	48.942	-	899.811	301.186
Euribor x Euro	-	(52)	63.176	
Libor x EUR	7.624	-	-	64.672
Libor x CDI	-	-	163.339	168.305
Pré x CDI	-	(12.011)	66.451	391.451
Pré x USD	-	(233.292)	2.243.858	2.189.658
CNH x CDI	118.065	-	876.572	482.034
CDI x CNH	-	(118.821)	876.572	482.034
TERM SOFR x USD	99.932	(1.123)	5.046.172	5.046.172
USD x TERM SOFR	1.193	(99.017)	5.046.172	5.046.172
NDF de moeda	**473.126**	**(578.983)**	**11.035.483**	**14.796.095**
Posição comprada	472.216	(3.256)	4.867.482	5.238.939
Posição vendida	910	(575.727)	6.168.001	9.557.156
NDF de commodities	**1.640**	**(1.324)**	**79.322**	**253.732**
Posição comprada	588	(930)	40.133	126.728
Posição vendida	1.052	(394)	39.189	127.004
Opções de moeda	**32.106**	**(32.106)**	**257.700**	**-**
Compra de opção de compra	32.106	-	128.850	-
Venda de opção de compra	-	(32.106)	128.850	-
Opções de commodities	**5.750**	**(5.750)**	**184.070**	**-**
Compra de opção de compra	2.312	-	56.351	-
Venda de opção de compra	-	(2.312)	56.351	-
Compra de opção de venda	3.438	-	35.684	-
Venda de opção de venda	-	(3.438)	35.684	-
Futuros [1]	**9.749**	**(40.365)**	**18.365.003**	**24.773.550**
Posição comprada	**-**	**(40.322)**	**14.399.335**	**16.353.532**
Dólar (US$)	-	(5.185)	1.617.121	471.079
Cupom cambial – DDI	-	(25.751)	9.678.571	9.645.669
DI de 1 dia	-	(6.936)	2.326.161	6.208.656
WDO	-	(2.450)	777.482	28.128
Posição vendida	**9.749**	**(43)**	**3.965.668**	**8.420.018**
Dólar (US$)	1.201	-	678.057	124.663
Cupom cambial – DDI	3.034	-	1.108.381	361.499
DI de 1 dia	5.512	(43)	2.179.230	7.826.279
DAP	2	-	-	20
WD0	-	-	-	107.557
Termo de título público	**1.863.171**	**(1.861.433)**	**1.864.894**	**2.178.894**
Compra a termo de títulos públicos	452.919	(454.641)	454.642	10.760
Venda a termo de títulos públicos	1.410.252	(1.406.792)	1.410.252	2.168.134
Total	**2.879.886**	**(3.170.064)**	**50.983.952**	**59.650.936**

[1] Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os valores a receber e a pagar referentes aos ajustes diários de futuros a liquidar junto à B3, acrescidos dos respectivos emolumentos, estão contabilizados na rubrica "Outros ativos – Negociação e intermediação de valores" (nota 12 (b)) e "Outros passivos – Negociação e intermediação de valores" (nota 16), respectivamente.

b. Composição do valor de referência por contraparte:

	Dezembro 2024				
	Instituições financeiras	Corporate / Setor Público	Institucional	B3	Total
Operações de *swap*	1.738.376	8.035.538	9.423.566	-	19.197.480
NDF de moeda	-	11.026.232	9.251	-	11.035.483
NDF de *commodities*	-	39.189	40.133	-	79.322
Opções	-	220.885	220.885	-	441.770
Operações com futuros	-	-	-	18.365.003	18.365.003
Termo de título público	1.864.894	-	-	-	1.864.894
Total	**3.603.270**	**19.321.844**	**9.693.835**	**18.365.003**	**50.983.952**

	Dezembro 2023				
	Instituições financeiras	Corporate / Setor Público	Institucional	B3	Total
Operações de *swap*	1.757.856	7.068.129	8.822.680	-	17.648.665
NDF de moeda	3.425.668	11.246.420	124.007	-	14.796.095
NDF de *commodities*	-	126.728	127.004	-	253.732
Operações com futuros	-	-	-	24.773.550	24.773.550
Termo de título público	2.178.894	-	-	-	2.178.894
Total	**7.362.418**	**18.441.277**	**9.073.691**	**24.773.551**	**59.650.936**

c. Composição do valor de referência por local de negociação:
Os instrumentos financeiros derivativos são negociados e custodiados na B3:

	Dezembro 2024		
	Bolsa	Balcão	Total
Operações de *swap*	-	19.197.480	19.197.480
NDF de moeda	-	11.035.483	11.035.483
NDF de *commodities*	-	79.322	79.322
Opções	-	441.770	441.770
Operações com futuros	18.365.003	-	18.365.003
Termo de título público	-	1.864.894	1.864.894
Total	**18.365.003**	**32.618.949**	**50.983.952**

	Dezembro 2023		
	Bolsa	Balcão	Total
Operações de *swap*	-	17.648.665	17.648.665
NDF de moeda	-	14.796.095	14.796.095
NDF de *commodities*	-	253.732	253.732
Operações com futuros	24.773.550	-	24.773.550
Termo de título público	-	2.178.894	2.178.894
Total	**24.773.550**	**34.877.386**	**59.650.936**

d. Composição dos valores a receber e a pagar por prazo de vencimento:

	Dezembro 2024				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativo					
Swaps	1.025	75.275	418.044	-	494.344
Opções	71	4.838	32.947	-	37.856
Operações a termo	154.062	220.469	95.378	4.857	474.766
Termo de título público	1.863.171	-	-	-	1.863.171
Total	**2.018.329**	**300.582**	**546.369**	**4.857**	**2.870.137**
Passivo					
Swaps	(12.479)	(66.391)	(571.233)	-	(650.103)
Opções	(71)	(4.838)	(32.947)	-	(37.856)
Operações a termo	(305.913)	(247.063)	(24.504)	(2.827)	(580.307)
Termo de título público	(1.861.433)	-	-	-	(1.861.433)
Total	**(2.179.896)**	**(318.292)**	**(628.684)**	**(2.827)**	**(3.129.699)**

	Dezembro 2023				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativo					
Swaps	-	36.570	557.990	189.625	784.185
Operações a termo	149.277	219.564	3.847	-	372.688
Termo de título público	2.178.904	-	-	-	2.178.904
Total	**2.328.181**	**256.134**	**561.837**	**189.625**	**3.335.777**
Passivo					
Swaps	-	(852)	(350.300)	(51.732)	(402.884)
Operações a termo	(119.784)	(98.754)	(29.512)	-	(248.050)
Termo de título público	(2.178.555)	-	-	-	(2.178.555)
Total	**(2.298.339)**	**(99.606)**	**(379.812)**	**(51.732)**	**(2.829.489)**

e. Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado:
Os ajustes diários das operações realizadas em mercado futuro, bem como o resultado dos contratos de *swap,* termo de moeda e *commodities,* opções e outros derivativos são registrados em receita ou despesa, quando auferidos, e representam seu valor de mercado atualizado.

	Dezembro 2024			Dezembro 2023
	Valor de custo	Ganhos / (perdas) não realizados	Valor de mercado	Valor de mercado
Ativo				
Operações de *swap*	343.927	150.417	494.344	784.185
NDF (moeda e *commodities*)	434.739	40.027	474.766	372.688
Opções	37.814	42	37.856	-
Termo de título	1.864.894	(1.723)	1.863.171	2.178.904
Total	**2.681.374**	**188.763**	**2.870.137**	**3.335.777**
Passivo				
Operações de *swap*	(680.580)	30.477	(650.103)	(402.884)
NDF (moeda e *commodities*)	(554.802)	(25.505)	(580.307)	(248.050)
Opções	(38.925)	1.069	(37.856)	-
Termo de título	(1.864.894)	3.461	(1.861.433)	(2.178.555)
Total	**(3.139.201)**	**9.502**	**(3.129.699)**	**(2.829.489)**

f. Resultado com derivativos:

	2º Semestre	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Operações de *swap*	(171.786)	(431.693)	429.534
NDF de moeda e *commodities*	(129.149)	(396.514)	314.913
Futuros	664.425	1.603.789	(999.900)
Opções	-	1.666	-
Total	**363.490**	**777.248**	**(255.453)**

10. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E GARANTIAS FINANCEIRAS PRESTADAS

As operações de crédito, os adiantamentos sobre contrato de câmbio classificados como redutor de obrigações por compra de câmbio, bem como títulos e créditos a receber, classificados como outros créditos - diversos, têm seu perfil apresentados a seguir:

	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Operações de crédito		
Empréstimos	864.868	777.012
Títulos descontados	167.845	131.508
Financiamentos à importação e exportação	14.809	41.614
Subtotal	**1.047.522**	**950.134**
Outros créditos		
Compra de recebíveis	603.563	691.466
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (ACC / ACE) (nota 11)	442.630	459.482
Rendas a receber de ACC (nota 11)	19.772	18.314
Subtotal	**1.065.965**	**1.169.262**
Total de operações de crédito e outros créditos antes da provisão	**2.113.487**	**2.119.396**
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(5.701)	(4.640)
Provisão para garantias prestadas (nota 17)	(13.425)	(7.799)
Total	**(19.126)**	**(12.439)**

O Banco adota critérios de provisionamento específicos para operações cuja natureza e finalidade sejam distintas da classificação de crédito da contraparte, refletindo assim de maneira clara o risco de fato relacionado a estas operações de crédito. Para tanto, a estrutura da operação de crédito é avaliada, levando-se em consideração os mitigadores de risco, os quais reduzam significativamente o risco de crédito da operação, através da melhora da classificação de crédito da operação em relação à contraparte.

a. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e garantias prestadas

	2º Semestre 2024	Exercícios 2024	Exercícios 2023
Saldo inicial	(17.656)	(12.439)	(22.635)
Constituição no semestre / exercício	(47.341)	(55.789)	(26.443)
Reversões no semestre / exercício	45.871	49.102	36.639
Provisão para crédito, outros créditos e garantias prestadas	**(19.126)**	**(19.126)**	**(12.439)**

a.1 Resultado de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e garantias prestadas
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 houve recuperação de crédito baixado para prejuízo no montante de R$ 41 (2023 – R$ 39).
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve baixa para prejuízo nem renegociação de crédito.

b. Composição por modalidade e vencimento

Produto / Vencimento	Vencidos	A vencer até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 361 dias	Total
Capital de giro	-	8.311	106.644	3.140	3.990	59.184	83.380	281.248	545.897
Financiamento a imp. / exp. [1]	-	11.070	-	3.739	-	-	-	-	14.809
Conta garantida	-	-	15.323	40.758	159.873	41.593	61.424	-	318.971
Outros créditos e emp.	-	-	-	-	-	1.974	13.795	4.003	19.772
Recebíveis / títulos de crédito a receber [2]	3.401	239.719	141.750	88.866	39.139	16.640	20.914	53.134	603.563
ACC / ACE [3]	-	-	-	-	-	229.001	164.369	49.260	442.630
Títulos descontados	-	18.364	9.236	11.495	8.241	23.495	37.390	59.624	167.845
Total dezembro 2024	**3.401**	**277.464**	**272.953**	**147.998**	**211.243**	**371.887**	**381.272**	**447.269**	**2.113.487**
Total dezembro 2023	**-**	**277.991**	**324.815**	**350.027**	**474.010**	**146.095**	**200.396**	**346.062**	**2.119.396**

[1] Em 31 de dezembro de 2024, financiamento à importação e exportação corresponde à repasses sob a Resolução CMN nº 3.844/10 no montante de R$ 11.070 (dezembro 2023 – R$ 11.245) e a operações compror no montante de R$ 3.739 (dezembro 2023 – R$ 30.369).
[2] Em 31 de dezembro de 2024, recebíveis e títulos de crédito a receber referem-se à compra de recebíveis sem coobrigação no montante de R$ 251.336 (dezembro 2023 – R$ 353.645) e a operações de "Supplier finance" no montante de R$ 352.227 (dezembro 2023 – R$ 337.821).
[3] Em 31 de dezembro de 2024, rendas com ACC/ACE correspondem a R$ 19.772 (dezembro 2023 – R$ 18.314).

c. Distribuição dos produtos de crédito por atividade econômica

Atividade Econômica / Produto	Capital de giro	Financiamento importação / exportação	Conta garantida	Outros créditos e empréstimos	Recebíveis / Títulos créditos a receber	ACC/ ACE	Títulos descontados	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Siderurgia e metalurgia	-	-	-	17.181	28.214	197.459	-	242.854	75.087
Comércio	-	14.809	30.345	-	74.203	-	-	119.357	195.946
Alimentos e bebidas	-	-	-	-	180.704	-	-	180.704	327.787
Máquinas e equipamentos	240.485	-	25.670	2.591	75.172	245.171	-	589.089	277.567
Outros	39.980	-	201.532	-	67.542	-	-	309.054	307.621
Químico e petroquímico	142.185	-	-	-	145.139	-	-	287.324	282.863
Eletroeletrônicos	-	-	61.424	-	8.689	-	167.845	237.958	163.983
Automotivo	123.247	-	-	-	23.340	-	-	146.587	478.098
Construção e imobiliário	-	-	-	-	-	-	-	-	10.414
Agropecuário	-	-	-	-	560	-	-	560	-
Transportes	-	-	-	-	-	-	-	-	30
Total	**545.897**	**14.809**	**318.971**	**19.772**	**603.563**	**442.630**	**167.845**	**2.113.487**	**2.119.396**

d. Composição por faixa de vencimento e níveis de risco

Vencimento / Níveis de risco	AA	A	B	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Vencidos	3.322	79	-	3.401	-
A vencer até 30 dias	260.771	16.693	-	277.464	277.991
De 31 a 60 dias	268.098	4.855	-	272.953	324.815
De 61 a 90 dias	146.000	1.998	-	147.998	350.027
De 91 a 120 dias	210.363	880	-	211.243	474.010
De 121 a 180 dias	371.887	-	-	371.887	146.095
De 181 a 360 dias	364.484	-	16.787	381.271	200.396
Acima de 361 dias	447.270	-	-	447.270	346.062
Total	**2.072.195**	**24.505**	**16.787**	**2.113.487**	**2.119.396**
	0,00%	**0,50%**	**1,00%**		
Total da provisão	**-**	**122**	**168**	**290**	**417**

Em 31 de dezembro de 2024, o total das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito corresponde à R$ 5.701 (dezembro 2023 – R$ 4.640). A diferença para o montante de R$ 290 (dezembro 2023 – R$ 417) demonstrado no quadro acima corresponde à provisão constituída sobre debêntures classificadas como títulos disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento e avaliadas pelo respectivo valor justo estimado ou custo amortizado (nota 8 (a)).

e. Composição por modalidade de operação e níveis de risco

Modalidade de operação / Níveis de risco	AA	A	B	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Financiamento à imp. / exp.	3.739	11.070	-	14.809	41.614
ACC / ACE	426.459	-	16.171	442.630	459.482
Conta garantida	318.971	-	-	318.971	341.559
Capital de giro	545.897	-	-	545.897	435.453
Recebíveis	590.128	13.435	-	603.563	691.466
Títulos descontados	167.845	-	-	167.845	131.508
Outros empréstimos	19.156	-	616	19.772	18.314
Total	**2.072.195**	**24.505**	**16.787**	**2.113.487**	**2.119.396**

f. Concentração das operações de crédito

	Dezembro 2024	% Carteira	Dezembro 2023	% Carteira
10 maiores emitentes / clientes	1.412.017	66.81	1.435.224	67.72
50 seguintes maiores emitentes / clientes	692.718	32.78	680.597	32.11
100 seguintes maiores emitentes / clientes	8.752	0.41	3.575	0.17
Total	**2.113.487**	**100,00**	**2.119.396**	**100,00**

11. CARTEIRA DE CÂMBIO

	Dezembro 2024		Dezembro 2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Obrigações por compra de câmbio	-	(6.171.829)	-	(1.515.235)
Câmbio comprado a liquidar	6.459.063	-	1.486.938	-
Direitos sobre venda de câmbio	5.830.565	-	1.120.277	-
Câmbio vendido a liquidar	-	(6.128.296)	-	(1.096.027)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 10)	19.772	-	18.314	-
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 10)	-	442.630	-	459.482
Total	**12.309.400**	**(11.857.495)**	**2.625.529**	**(2.151.780)**

12. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos são compostos por:

	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Devedores por depósitos em garantia [a]	311.116	312.928
Serviços prestados a receber – Empresas no exterior (nota 19 (a)) [b]	166.399	84.421
Negociação e intermediação de valores [c]	93.250	202.162
Rendas e receber	34.429	24.722
Outros investimentos	7.570	7.570
Despesas antecipadas	1.223	1.172
Pagamentos a ressarcir	836	776
Adiantamentos, antecipações salariais e outros	695	2.799
Relações interfinanceiras	52	25
Total	**615.570**	**636.575**

(a) Devedores por depósitos em garantia
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, devedores por depósitos em garantia é composto conforme segue:

	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Depósitos previdenciários	187.104	177.889
Demandas Cofins	48.820	45.790
Demandas ISS	32.915	35.415
Depósitos judiciais trabalhistas e cíveis	319	1.111
Outras demandas tributárias	41.958	52.723
Total	**311.116**	**312.928**

(b) Serviços prestados a receber – Empresas no exterior
Serviços prestados a receber – empresas no exterior é composto substancialmente por valores a receber decorrentes de contrato de prestação de serviços firmado com as coligadas do grupo no exterior, em virtude do registro de operações fechadas globalmente, com registro nas respectivas localidades (nota 19 (a)).

(c) Negociação e intermediação de valores
Em 31 de dezembro de 2024, R$ 93.250 (dezembro 2023 – R$ 157.703) referem-se a devedores – conta liquidações pendentes. Ainda, em 31 de dezembro de 2023, R$ 44.459 referem-se a operações com ativos financeiros e mercadorias e liquidar.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os valores ativos e passivos relacionados ao diferimento de tributos são compostos conforme segue:

	Dezembro 2024			Dezembro 2023		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Crédito tributário						
Diferenças temporárias (a)	126.857	101.486	228.343	23.231	19.976	43.207
Prejuízo fiscal / base negativa (b)	-	8.661	8.661	2.835	16.176	19.011
Passivo diferido						
Carteira MTM (c)	(44.474)	(35.580)	(80.054)	(15.684)	(13.278)	(28.962)
Total	**82.383**	**74.567**	**156.950**	**10.382**	**22.874**	**33.256**

(a) Movimentação dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Dezembro 2023	Constituição	(Reversão) / (Realização)	Dezembro 2024
Imposto de renda	23.231	105.165	(1.539)	126.857
Contribuição social	19.976	82.844	(1.334)	101.486
Total	**43.207**	**188.009**	**(2.873)**	**228.343**

Crédito tributário constituído, principalmente, sobre processos judiciais (para os quais a expectativa de realização depende de decisão judicial), provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (as quais dependem de pagamentos de dívidas pelos clientes) e benefícios pós-emprego e remuneração variável diferida.
O montante de créditos tributários sobre diferenças temporárias em 31 de dezembro de 2024 totalizou R$ 228.343 (dezembro 2023 – R$ 43.207).
A expectativa de realização desta modalidade de crédito tributário está vinculada à geração de resultados futuros e realização das operações a ela associadas, com o planejamento feito pela Administração e elaboração de estudo técnico. Baseado nos resultados projetados, a realização ocorrerá de acordo com o prazo de vencimento das operações, sendo sua dedutibilidade distribuída da seguinte forma: 2025 – 7,34%; 2026 – 23,11%; 2027 – 54,15%; 2028 – 7,90%; 2029 – 2,00%; e entre 2030 e 2034 – 5,50%.

(b) Movimentação dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa

	Dezembro 2023	Constituição	(Reversão) / (Realização)	Dezembro 2024
Imposto de renda	2.835	30.653	(33.488)	-
Contribuição social	16.176	30.528	(38.043)	8.661
Total	**19.011**	**61.181**	**(71.531)**	**8.661**

O montante de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa em 31 de dezembro de 2024 totalizou R$ 8.661 (dezembro 2023 – R$ 19.011).
A expectativa de realização desta modalidade de crédito tributário está vinculada à geração de resultados futuros, com o planejamento feito pela Administração e elaboração de estudo técnico. Baseado nos resultados projetados, a realização ocorrerá em até 3 anos, sendo sua dedutibilidade distribuída da seguinte forma (percentual sobre o montante total do crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa): 2025 – 100%.
O valor presente de créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, descontados ao custo de capital projetado, monta em R$ 161.835 (dezembro 2023 - R$ 49.231).

(c) Movimentação das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias

	Dezembro 2023	(Constituição)	(Reversão) / (Realização)	Dezembro 2024
Imposto de renda	(15.684)	(84.950)	56.160	(44.475)
Contribuição social	(13.278)	(67.230)	44.928	(35.580)
Total	**(28.962)**	**(152.180)**	**101.088**	**(80.054)**

Obrigações fiscais diferidas constituídas sobre diferenças temporárias oriundas de marcação a mercado de instrumentos financeiros.

(d) Efeito no resultado do semestre e em outros resultados abrangentes
Em 31 de dezembro de 2024, o efeito no resultado do exercício e em outros resultados abrangentes decorrente do registro de créditos tributários e impostos diferidos é composto conforme segue:

	Prejuízo fiscal / Base negativa Receita / (despesa)	Outras diferenças temporárias Receita / (despesa)	Passivo diferido Receita / (despesa)	Efeito líquido Receita / (despesa)
Imposto de renda	(2.835)	103.626	(28.790)	72.001
Contribuição social	(7.515)	81.510	(22.302)	51.693
Efeito em 2024	(10.350)	185.136	(51.092)	123.694
Efeito em 2023	(8.637)	4.822	(527)	(4.342)

(*) A diferença entre o efeito líquido no resultado em 2024 e 2023 e o resultado do ativo e passivo fiscal diferido apresentado nas demonstrações de resultado refere-se à contabilização no patrimônio líquido dos efeitos tributários sobre o ajuste de avaliação atuarial e sobre os títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda no montante de R$ 7.592 (dezembro 2023 – montante positivo de R$ 436). Ainda, em 31 de dezembro de 2023, a movimentação patrimonial das contas de ativo relativas ao IRPJ e CSLL diferidos constituídos sobre prejuízo fiscal e base negativa contém uma reversão no montante de R$ 12.181, cujas contrapartidas no resultado do exercício afetaram as contas de despesa referentes ao IRPJ e CSLL correntes, PIS, COFINS, além de multas e outras despesas operacionais com juros. Tal reversão refere-se ao deferimento por parte da Receita Federal do Brasil da adesão do Banco ao Programa de Redução de Litígios Fiscais – PRLF relativo ao processo de desmutualização das bolsas da Corretora.

Continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil
Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 29/03/2025
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/03/29/Deutsche1581702329032025.pdf
Hash:17432031613935af9fc9f447099c16c8084c99ecdb

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA
CNPJ nº 62.331.228/0001-11
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º andar - CEP 04538-132
São Paulo - SP

Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

14. DEPÓSITOS DE CLIENTES E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, depósitos de clientes e instituições financeiras são compostos conforme segue:

	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Depósitos a prazo [a]	3.085.706	2.802.236
Depósitos à vista [b]	432.928	673.357
Depósitos interfinanceiros [c]	95.423	395.018
Total	**3.614.057**	**3.870.611**

(a) Depósitos a prazo

Os depósitos a prazo são compostos por valores indexados ao CDI-B3, com percentual entre 70% e 102% (dezembro 2023 – entre 70% e 103%). Do montante total de depósitos a prazo, R$ 384.887 (dezembro 2023 – R$ 434.689) correspondem a transações com partes relacionadas (nota 19 (a)). Segue abertura por prazo de vencimento:

	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Faixas de vencimento		
Até 3 meses	445.192	1.009.748
3 a 12 meses	2.362.411	1.477.720
1 a 3 anos	278.103	83.515
Acima de 3 anos	-	231.253
Total	**3.085.706**	**2.802.236**

(b) Depósitos à vista

Do montante total de depósitos à vista, R$ 3.493 (dezembro 2023 – R$ 3.910) correspondem a transações com partes relacionadas (nota 19 (a)).

(c) Depósitos interfinanceiros

Em 31 de dezembro de 2024, os depósitos interfinanceiros são compostos por valores indexados ao CDI-B3, com percentual de 100%, no total de R$ 95.423 (dezembro 2023 – 395.018). Desse total, R$ 95.423 possuem data de vencimentode até 3 meses (dezembro 2023 – R$ 88.464). Em 31 de dezembro de 2023, R$ 102.929 possuem data de vencimento de 3 a 12 meses, e R$ 203.625 de 1 a 3 anos.

15. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Obrigações por tomadas de linha [a]	7.204.087	3.950.470
Financiamentos à exportação [b]	529.113	459.526
Total (nota 19 (a))	**7.733.200**	**4.409.996**

(a) Referem-se às operações de curto prazo de "*interbank*" com DB AG New York, em Dólar, com taxa máxima de até 5,86% ao ano e vencimento em março de 2028.

(b) Referem-se às captações com o DB AG New York e DB AG Frankfurt, em Dólar e Euro, com taxa de juros de até 5,325% ao ano e vencimentos até abril de 2025.

16. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos são compostos por:

	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Negociação e intermediação de valores [a]	123.905	157.703
Relações interdependências	66.585	32.861
Diversos [b]	297.729	142.120
Total	**488.219**	**332.684**

(a) Negociação e intermediação de valores

Em 31 de dezembro de 2024, negociação e intermediação de valores refere-se a credores – conta liquidações pendentes no montante de R$ 123.905 (dezembro 2023 – R$ 157.703).

(b) Diversos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, diversos referem-se a:

	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Serviços tomados a pagar – Empresas no exterior (nota 19 (a))	167.347	53.272
Despesas de pessoal	93.141	54.689
Resultado de exercícios futuros	33.602	30.387
Provisão para pagamentos a efetuar – Outros	984	370
IOF a recolher	369	1.462
Outras despesas administrativas	2.286	1.940
Total	**297.729**	**142.120**

17. PROVISÕES DIVERSAS

	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Passivo contingente (nota 18)	357.484	11.875
Riscos fiscais e administrativos (nota 18)	173.317	115.955
Passivo atuarial (nota 22 (d))	58.151	65.905
Provisão sobre garantias prestadas (a) (nota 10)	13.425	7.799
Total	**602.377**	**201.534**

(a) O Banco reconhece contabilmente o valor da provisão para garantias financeiras prestadas (garantias, fianças e cartas de crédito), em consonância com a Resolução CMN nº 4.512, publicada em 1º de agosto de 2016. Em 31 de dezembro de 2024 a exposição total referente às garantias financeiras prestadas monta R$ 3.481.999 (dezembro 2023 – R$ 2.905.609).

Para a mensuração do risco da carteira de garantias prestadas, o Banco utiliza a metodologia de classificações de *rating* de crédito interna que se baseia em um conceito de perda esperada ("*Expected Loss - EL*"), o qual diferencia a probabilidade de inadimplemento ("*Probability of Default* - PD") de uma contraparte e a perda que ocorrerá caso o inadimplemento venha a ocorrer. Para cada tomador ("pessoa jurídica, por exemplo, matriz, subsidiária, sociedade de propósito específico"), será atribuída uma PD de contraparte ("*Counterparty Probability of Default* - CPD"). Toda classificação de risco possui uma PD associada a ela. No Banco, a PD significa a probabilidade de que os tomadores dentro de uma grade de classificação entrem em inadimplência dentro do horizonte de tempo de um ano.

As garantias prestadas estão sujeitas a encargos e são contabilizadas em contas de compensação, sendo a seguir compostas:

	Dezembro 2024		Dezembro 2023	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
Garantias financeiras prestadas (garantias, fianças e cartas de crédito)	3.481.999	13.425	2.905.609	7.799

Os saldos da provisão para garantias financeiras prestadas por níveis de risco são demonstrados a seguir:

	Dezembro 2024		Dezembro 2023	
Nível de risco	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
AA	3.236.134	-	2.293.837	-
A	21.102	106	376.214	1.881
B	101.743	1.017	57.432	574
C	-	-	178.126	5.344
D	123.020	12.302	-	-
Total	**3.481.999**	**13.425**	**2.905.609**	**7.799**

18. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversas instâncias judiciárias e órgãos governamentais, nos quais se discutem alguns assuntos decorrentes do curso de suas atividades, tais como questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outros aplicáveis.

Contingências classificadas com risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como demonstrado a seguir:

	Dezembro 2023	Adição à provisão	Reversão de provisão	Depósito / pagamento	Atualização monetária	Dezembro 2024
Fiscais						
IR/CS **(a)**	8.100	6.290	-	-	262	14.652
INSS **(b)**	90.566	65.601	-	(18.291)	1.417	139.293
ISS **(c)**	17.089	-	-	-	1.783	18.872
Total fiscais	**115.755**	**71.891**	**-**	**(18.291)**	**3.462**	**172.817**
Trabalhistas	11.198	-	(2.294)	(8.596)	104	412
Administrativo (d)	200	300	-	-	-	500
Cíveis (e)	677	330.952	(26)	-	25.469	357.072
Total provisões	**127.830**	**403.143**	**(2.320)**	**(26.887)**	**29.035**	**530.801**

(a) Trata-se de uma provisão feita no valor de R$ 2.223, que atualizado perfaz R$ 12.058 (dezembro 2023 – R$ 5.507), referente à multa isolada no processo de desmutualização das bolsas relacionado a Deutsche Bank Corretora de Valores. Em 2024, equalizou-se o montante de provisão ao do depósito, o que ocasionou um aumento da ordem de R$ 6.000 no saldo provisionado. Para esse processo, realizou-se um depósito que atualizado é de R$ 12.058.

Também foi constituída, em setembro de 2019 uma provisão no valor de R$ 2.593 (valor mantido em 2024) relativo ao mandado de segurança de CSLL do ano base de 1989, que discute o princípio da isonomia na aplicação de alíquotas diferenciadas da contribuição.

Este último processo foi transitado em julgado e estamos aguardando a confirmação da conversão em renda da União para assim realizarmos a baixa nos livros contábeis.

(b) Informamos a existência de execução fiscal relacionada a suposta contribuição devida ao INSS decorrente de Programa de Participação em Lucros e Resultados referente ao período de fevereiro/1999 a fevereiro/2003. O depósito judicial e provisão constituído para essa causa foi atualizado para R$ 139.294, o qual corresponde ao valor atualizado de forma integral.

(c) A Prefeitura do Município de São Paulo lavrou, em junho de 2013, auto de infração contra o Banco relativamente ao Imposto sobre Serviços - ISSQN incidente sobre receitas com rendas de garantias prestadas abrangendo os anos de 2008 a 2011, e nova autuação em abril de 2016, referente ao 1º semestre de 2012. O valor total atualizado é de R$ 7.263 (dezembro 2023 – R$ 6.786). Foram realizados dois depósitos sendo um em outubro de 2014 no valor de R$ 3.076 que atualizado é de R$ 5.572 (dezembro 2023 – R$ 5.206) e o outro em outubro de 2018 no valor de R$ 1.230 que atualizado é de R$ 1.691 (dezembro 2023 – R$ 1.580).

Em relação às demais discussões com o órgão municipal, o Banco impetrou três ações anulatórias com a finalidade de desconstituir os autos de infração lavrados por este Município que possuem como objeto as receitas auferidas em operações de câmbio e cartas de crédito e que atualmente somam o montante de R$ 11.609 (dezembro 2023 – R$ 10.302). Os depósitos judiciais somam o montante de R$ 11.609.

No momento do provisionamento, qual seja, ao final de 2022, os processos relacionados nesse ítem estavam classificados pelos advogados externos com a probabilidade de perda possível. Ainda assim, em auditoria realizada pelo Banco Central do Brasil, o provisionamento foi requerido de forma prudencial.

(d) O Banco está envolvido em Processo Administrativo Sancionador instaurado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) contra o Banco e terceiros, relacionado a supostas irregularidades em atividades de administração, gestão, distribuição e custódia de alguns fundos de investimentos. O Banco apresentou recurso administrativo perante o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. Há provisão constituída no valor de R$ 500 (dezembro 2023 – R$ 200).

(e) O Banco consta do polo passivo de ação cível indenizatória referente à atuação do gestor de um fundo de investimento para o qual o Banco prestou serviços e foi constituída provisão considerando o valor estimado de perda.

Contingências classificadas com risco de perda possível

Casos fiscais

O Banco possui demandas contra si com avaliação de perda classificada como "possível", sendo elas (i) ação anulatória que visa extinguir o crédito tributário de IRRF constituído pela RFB em 2006 ao interpretar que operações de câmbio conjugadas poderiam resultar em rendimento predeterminados e, portanto, sujeitos ao imposto de renda de fonte, R$ 15.092 (dezembro 2023 – R$ 14.598). Em 03 de janeiro de 2007 foi realizado um depósito judicial de R$ 9.566, que atualizado perfaz R$ 20.333 (dezembro 2023 – R$ 19.429), (ii) autuação da RFB em relação ao IRPJ e CSLL não incidentes na permuta dos títulos patrimoniais da Cetip em ações da nova companhia, R$ 185 (dezembro 2023 – R$ 176), (iii) autuação da RFB em relação ao PIS e COFINS, na qual se questiona a dedutibilidade de perdas auferidas na venda de precatórios em 2009 da base de cálculo das referidas contribuições, R$ 6.621 (dezembro 2023 – R$ 6.312), (iv) autuação da RFB , também em relação ao PIS e COFINS, no processo de desmutualização das bolsas ocorrida em 2007, alegando-se que referido ganho na venda dos títulos patrimoniais estaria sujeito à incidência das referidas contribuições, a despeito de se tratar de venda de ativo permanente não sujeita à esta tributação, R$ 19.715 (dezembro 2023 – R$ 18.921). Ainda com relação ao processo de desmutualização das bolsas, esta instituição realizou em 12 de junho de 2017 um depósito no valor de R$ 15.367, que atualizado perfaz R$ 24.216 (dezembro 2023 – R$ 22.764), para seguimento das discussões na esfera judicial.

Possui também um auto de infração da Secretaria da Receita Federal do Brasil relativos ao PIS e COFINS incidentes sobre o processo de desmutualização das bolsas ocorrido em 2007, com impacto, da mesma forma, nos anos subsequentes de 2008 e 2009. O auto, originalmente oriundo da incorporação do Deutsche Bank - Corretora de Valores SA em dezembro de 2016, foi devidamente impugnado. A causa de R$ 20.603 aguarda julgamento na esfera judicial. Esta instituição realizou em 11 de dezembro de 2018 um depósito no valor de R$ 16.697 que atualizado perfaz R$ 24.604 (dezembro 2023 – R$ 23.026), para seguimento das discussões na esfera judicial.

O Banco recebeu, em outubro de 2020, auto de infração da Receita Federal no valor de R$ 18.625, que atualizado perfaz R$ 24.646 (dezembro 2023 – R$ 23.056), referente à majoração da alíquota da CSLL de 2015 de 15% para 20% e seu cálculo proporcional sobre a receita bruta auferida naquele ano. Referido auto de infração foi devidamente contestado, pelo qual aguarda julgamento na esfera administrativa. Visando corroborar o cálculo feito por essa instituição, o Banco obteve um termo de constatação emitido pela auditoria da KPMG para ser apresentado no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.

Foi lavrado em outubro de 2021, auto de infração da Receita Federal que cobra multa de 3% sobre determinada informação supostamente preenchida incorretamente na ECF do ano fiscal de 2016 no valor atualizado de R$ 1.986 (dezembro 2023 – R$ 1.743). O auto de infração foi tempestivamente impugnado.

Em setembro de 2021, foi lavrado novo auto de infração que cobra o Imposto sobre Serviços – ISSQN sobre receitas de exportação de serviços nos anos de 2016 e 2017, o qual, de acordo com art 2º da Lei 13.701/03, não deveriam estar sujeitas à referida incidência. O valor total atualizado é de R$ 12.923 (dezembro 2023 – R$ 12.485). O processo foi julgado desfavoravelmente aos interesses dessa instituição, o que ensejou no ingresso de ação anulatória de débito fiscal na esfera judicial, cujo depósito atualizado é de R$ 16.992.

Em setembro de 2023, foi lavrado contra o Banco um novo auto de infração cobrando o Imposto sobre Serviços – ISSQN sobre receitas de exportação de serviços dos anos de 2018 e 2019, casos que, semelhante à autuação de 2016 e 2017, não deveriam estar sujeitos à referida incidência, motivo pelo qual esta autuação foi devidamente impugnada. O valor total da causa é de R$ 14.045 (dezembro 2023 – R$ 13.564).

Conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foi constituída provisão para esses casos em face da avaliação de probabilidade de perda "possível" dada pelos consultores jurídicos externos do Banco.

Casos previdenciários

O Banco recebeu, em dezembro de 2010, autos de infração da Receita Federal no valor de R$ 35.509, relacionados a supostas contribuições previdenciárias devidas em relação a seu programa de Participação em Lucros e Resultados (período de janeiro de 2005 a dezembro de 2007). Após o término dos processos administrativos decorrentes de impugnações apresentadas pelo Banco, o Banco iniciou a fase judicial de discussão dessa cobrança, através de distribuição de ação anulatória em dezembro de 2019, com vistas à desconstituição do crédito tributário. Em junho de 2020 o Banco efetuou depósito judicial no valor de R$ 34.193, que atualizado perfaz R$ 47.810 (dezembro 2023 – R$ 44.274).

Casos trabalhistas

O Banco é parte solidária em uma reclamação trabalhista contra um de seus fornecedores e o valor total atualizado da reclamação perfaz R$ 112.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a. Transações com empresas ligadas

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão mantém negócios em condições usuais de mercado com as sociedades controladas e coligadas no país e no exterior. Os saldos patrimoniais e os resultados gerados destas transações são apresentados como segue:

	Jul-Dez / 2024	Exercício / 2024		Exercício / 2023	
	Receita / (Despesa)	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)
Disponibilidades (DEME) (i) (nota 6)	**-**	**91.767**	**-**	**101.951**	**-**
DB AG (Frankfurt)	-	29.865	-	57.224	-
DB AG (Tokyo)	-	7.201	-	7.091	-
DB AG (New York)	-	35.311	-	33.434	-
DB AG (London)	-	6.898	-	4.064	-
DB AG (Hong Kong)	-	12.492	-	138	-
Aplicações em ME (i) (nota 7)	**-**	**208.368**	**-**	**240.786**	**-**
Deutsche Bank AG London	-	73.234	-	240.786	-
DB AG (Frankfurt)	-	135.134	-	-	-
Serviços prestados para empresas no exterior (ii) (nota 12(b))	**94.382**	**166.399**	**135.893**	**84.421**	**76.134**
DB AG (London)	32.058	55.772	54.793	50.153	49.354
DB AG (New York)	6.194	13.893	7.592	4.332	3.405
DB Trust Co Americas	14.702	25.135	17.376	10.486	2.717
DB AG (Cayman Isl.)	25.965	54.804	37.145	17.454	20.008
DB AG Domestic Bank	6.605	8.651	7.913	1.030	-
DB AG Hong Kong Br	21	821	7	683	650
DB AG Lahore Branch	395	302	562	-	-
Deutsche Bank National Trust Company	104	105	104	-	-
Deutsche Asset Management Group Limited	-	4.126	-	-	-
Deutsche Bank (China) Co., Ltd.	221	221	254	-	-
DB Jacksonville	4.775	-	4.775	-	-
DB AG Hungary	-	-	90	-	-
Dt. Sec. SACV Mexico	497	559	1.360	-	-
DB AG Prague Branch	-	-	121	-	-
DB AG Zurich	158	-	280	-	-
DB AG Seoul Branch	-	120	121	-	-
DB AG Paris Branch	-	111	54	42	-
DB AG Stockholm	761	-	761	-	-
DB AG Portugal	-	285	9	237	-
DB AG (Manila) Philippines	-	85	-	-	-
DB AG Singapore Br.	690	737	756	-	-
Deutsche Bank Società per Azioni	167	1	167	-	-
Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Filiale Manila	310	-	310	-	-
Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española	180	10	180	-	-
DB AG Amsterdam Br.	287	12	512	-	-
DB AG Mumbai Branch	208	615	567	-	-
Valores a receber de outras partes relacionadas	84	34	84	4	-
Carteira de Câmbio - Operações de arbitragem (i) (nota 11)	**-**	**(83.008)**	**-**	**8.932**	**(22.132)**
DB AG (London)	-	-	-	-	-
DB AG (Frankfurt)	-	(83.008)	-	8.932	(22.132)
Depósito a prazo (i) (nota 14 (a))	**5.254**	**(384.887)**	**(1.273)**	**(434.689)**	**(27.680)**
DB III Fundo de Investimento Multimercado no Exterior	(1.273)	(6.243)	(1.273)	(429.004)	(27.680)
DB II Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior	6.527	(378.644)	-	(5.685)	-
Depósito à vista (i) (nota 14 (b))	**-**	**(3.493)**	**-**	**(3.910)**	**-**
Dt. Bank Secur. Inc.	-	(80)	-	(58)	-
DB AG (London)	-	(3.121)	-	(2.415)	-
Deutsche Morgam Grenffel Co. Ltd	-	(292)	-	-	-
DB AG London Global Markets(Latam Struct Credit)	-	-	-	(1.437)	-
Obrigações por empréstimos e repasses (i) (nota 15)	**-**	**(7.733.200)**	**-**	**(4.409.996)**	**-**
DB AG (Frankfurt)	-	(19.567)	-	(488.610)	-
DB AG (New York)	-	(7.713.633)	-	(3.902.963)	-
DB AG (London)	-	-	-	(18.423)	-
Despesas a pagar para empresas no exterior (ii) (nota 15 (b)	**(86.674)**	**(167.347)**	**(138.705)**	**(53.272)**	**(69.552)**
DB AG (Frankfurt)	(25.752)	(64.714)	(32.602)	(27.701)	(32.621)
DB AG (London)	(17.323)	(34.132)	(37.618)	(7.475)	(6.245)
DB Jacksonville	(26.960)	-	(36.611)	(10.433)	(17.667)
DB Zurich	-	-	-	(95)	(78)
DB AG Hong Kong Br	-	-	(9)	(28)	(140)
DB AG New York	(5.734)	(9.283)	(7.559)	(1.350)	(5.643)
DB Trust Company Amerias NY	(5.031)	(8.533)	(11.040)	(1.821)	(2.540)
DB AG Singapore Br.	(1.960)	(5.106)	(3.336)	(1.365)	(1.463)
DB Service Centre Limited	(10)	(46)	(40)	(22)	(33)
DB AG Milan	(18)	(19)	(18)	-	-
Deutsche Bank Società per Azioni	(127)	(127)	(200)	(66)	(37)
DB AG Amsterdam Br.	(143)	(529)	(214)	(230)	(230)
DB AG Paris Branch	(105)	(2.355)	(105)	(1.875)	(1.891)
Deutsche Group Services Pty Limited	(48)	(152)	(95)	(40)	(32)
Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española	(156)	(662)	(368)	(360)	(215)
DB AG Cayman Isld Br	(544)	-	(5.593)	-	-
DEUKONA Versicherungs-Vermittlungs-GmbH	-	(38)	-	(32)	-
Deutsche Asset Management Group Limited	-	(38.758)	-	-	-
DB AG AsiaPacific HO	(1.429)	(1.501)	(1.429)	-	-
DB Global Technology SRL	(41)	(41)	(41)	-	-
DB Global Technology, Inc.	(101)	(101)	(101)	-	-
Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Filiale Taipei	(28)	(28)	(28)	-	-
Deutsche India Private Limited, Pune Branch	(314)	(328)	(314)	-	-
Deutsche India Private Limited, Bangalore Branch	(240)	(251)	(240)	-	-
DBR Investments Co. Limited	(62)	(62)	(62)	-	-
Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Filiale Manila	(244)	-	(244)	-	-
DB AG Lahore Branch	-	(88)	-	-	-
DB AG Stockholm	-	-	(318)	(336)	(467)
Valores a pagar a outras partes relacionadas	(304)	(493)	(520)	(43)	(250)

(i) Operações realizadas com as empresas coligadas e controladas.

(ii) Representa o valor a receber ou a pagar do contrato de prestação de serviços firmado com as coligadas do grupo no exterior, em virtude do registro de operações fechadas globalmente, com registro nas respectivas localidades.

b. Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

b.1 Definição de pessoal-chave da Administração: Tendo em vista a participação e as decisões tomadas, consideramos pessoal-chave os integrantes da Administração do Banco.

b.2 Política: O Banco possui uma política global de remuneração de funcionários, composta por parcelas fixa e variável. Essa política está baseada em alguns fatores, destacando-se entre eles, o resultado global do grupo e a performance individual de cada funcionário.

b.3 Benefícios de curto prazo:

	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Remuneração fixa	16.478	19.119
Remuneração variável (curto prazo)	1.200	776
Encargos trabalhistas	6.134	6.903
Total	**23.812**	**26.798**

b.4 Benefícios de longo prazo:

	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Remuneração variável (curto prazo)	13.252	6.137
Encargos trabalhistas	4.598	2.129
Total	**17.850**	**8.266**

b.5 Outras informações: conforme legislação em vigor, as instituições não podem conceder empréstimos para os membros da Administração e seus respectivos familiares, bem como às pessoas físicas e jurídicas a elas ligadas. Adicionalmente, informamos que não existem quaisquer outras transações entre o pessoal-chave e a entidade e também que o pessoal-chave da Administração possui participação no fundo de pensão MULTIPREV (fundo multipatrocinado).

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado no montante de R$ 1.928.551 (dezembro 2023 – R$ 1.928.551) divide-se em 1.246.597.185 (dezembro 2023 – 1.246.597.185) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b. Reservas e retenção de lucros

Nos termos do artigo 189, da Lei nº 6.404/76, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. Ainda, nos termos do artigo 193 da referida lei, do lucro líquido do período, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. Conforme mencionado no parágrafo segundo do referido artigo, a reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da rubrica "Reservas de lucros" totaliza R$ 763.583 (dezembro 2023 – R$ 924.966), sendo constituído por "Reserva legal" no montante de R$ 122.817 (dezembro 2023 – R$ 122.817) e "Reserva para expansão" no montante de R$ 640.766 (dezembro 2023 – R$ 802.149).

c. Ajustes de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial, registrado no patrimônio líquido, refere-se aos ganhos e perdas não realizados, deduzidos dos efeitos tributários, do ajuste a valor de mercado dos títulos classificados em disponível para venda no montante de R$ (75) (dezembro 2023 – R$ (291)), bem como do ajuste atuarial sobre benefícios pós-emprego no montante de R$ 9.594 (dezembro de 2023 – R$ 530).

d. Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% sobre o lucro líquido ajustado na forma da legislação pertinente, salvo se a Assembleia Geral estabelecer por unanimidade um dividendo menor ou a retenção do lucro total.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 30 de dezembro de 2024, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R$ 50.000. O imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15% foi de R$ 7.500. O pagamento dos juros sobre o capital próprio foi efetuado na data de 30 de dezembro de 2024.

e. Lucro por ação

O Banco apresenta dados de lucro por ação básico para suas ações ordinárias. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias do Banco pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o período. O lucro por ação diluído é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias.

f. Limites de patrimônio - implementação da Basileia III

Através de um pacote de medidas, publicadas desde 2006, o CMN e o BACEN regulamentaram o cálculo de requerimento mínimo de capital baseados no acordo de Basileia. A seguir é apresentado o resumo dos efeitos dos requerimentos desses acordos.

	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Risco operacional	95.201	74.938
Risco de crédito	594.183	566.349
Risco de moeda/cambial	41.133	9.689
Risco de juros	184.052	167.055
Risco de commodities	3	2
CVA	14.907	28.317
DRC	8.371	-
Total Patrimônio Líquido exigido – PLE	**937.850**	**846.350**
Patrimônio referência	2.701.653	2.853.756
Margem para limite Basileia	1.763.802	2.007.406
Percentual de utilização	34,71%	29,66%
Índice Basileia	**23,05%**	**26,97%**
IRRBB*	97.164	68.373
Razão de alavancagem	**8,52%**	**14,21%**

(*) Por meio de instrução definida na Resolução CMN 4.557/2017, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil, implementaram metodologia de cálculo para a carteira bancária, denominada IRRBB, com aplicabilidade a partir de janeiro/2020.

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES

	Imposto de renda		Contribuição social	
	Dezembro 2024	Dezembro 2023	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Resultado antes dos tributos e participações	(192.274)	294.966	(192.274)	294.966
Participações estatutárias no lucro	-	(6.581)	-	(6.581)
(-) Juros sobre capital próprio	(50.000)	(100.000)	(50.000)	(100.000)
Efeitos marcação a mercado	(102.886)	53.167	(102.886)	53.167
Adições (exclusões) permanentes líquidas	59.686	17.347	45.647	8.239
Adições (exclusões) temporárias líquidas	424.769	(8.206)	424.769	(8.206)
Base de cálculo	139.296	250.693	125.256	241.585
Compensação com prejuízo fiscal e base negativa	(11.338)	(75.208)	(37.577)	(72.475)
Base de cálculo após compensações	127.958	175.485	87.679	169.110
Impostos correntes	(32.859)	(47.701)	(17.536)	(36.610)
Impostos diferidos	(44.716)	(6.273)	(35.773)	(4.711)
Ativo fiscal diferido	120.935	-	90.840	-
Imposto de renda e Contribuição social no período	**43.360**	**(53.974)**	**37.531**	**(41.321)**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 29/03/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/03/29/Deutsche1581702329032025.pdf
Hash:17432031613935af9fc9f447099c16c8084c99ecdb

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA
CNPJ nº 62.331.228/0001-11
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º andar - CEP 04538-132
São Paulo - SP

Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. O saldo de disponibilidades refere-se, substancialmente, ao saldo em conta corrente em bancos no exterior.

b. Receitas de prestação de serviços

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, receitas de prestação de serviços referem-se a:

	2º Semestre	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Serviços prestados a partes relacionadas	94.382	135.893	76.133
Rendas de garantias prestadas	10.452	21.087	16.943
Serviços de custódia	5.026	9.011	6.479
Comissão de colocação, estruturação, coordenação e garantia firme	952	4.822	7.126
Outras	589	1.209	1.229
Total	**111.401**	**172.022**	**107.910**

c. Benefícios a empregados

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, benefícios a empregados referem-se a:

	2º Semestre	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Proventos	(87.490)	(163.656)	(109.006)
Encargos	(32.299)	(57.661)	(42.544)
Benefícios e treinamentos	(12.966)	(24.767)	(15.295)
Total	**(132.755)**	**(246.084)**	**(166.845)**

d. De acordo com o CPC 33 homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15, revogada pela Resolução CMN nº 4.877/20 a partir de 01/01/2021, a partir de 1º de janeiro de 2016 o Banco passou a constituir provisões sobre benefícios pós-emprego, caracterizados como benefícios de término de vínculo empregatício, os quais são reconhecidos como uma despesa quando o Banco não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando reconhece os custos de uma reestruturação. Caso os pagamentos sejam liquidados após 12 meses da data do balanço, os mesmos são descontados aos seus valores presentes, sendo esses:

- Seguro saúde: Trata-se da provisão do direito dos funcionários, após a aposentadoria, de serem mantidos como beneficiários do plano de saúde do Banco, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência dos seus contratos de trabalho (Lei 9.656/98 artigos 30 e 31). A provisão constituída sobre essa modalidade foi R$ 47.147 (dezembro 2023 – R$ 54.452).
- Fundo garantidor por tempo de serviços (FGTS): Trata-se da provisão da multa de 50% do FGTS, sendo 40% assegurada somente aos funcionários demitidos sem justa causa e não aos que tenham o direito do gozo do benefício de aposentadoria. Não há previsão nas políticas internas do DBSA de que funcionários aposentados serão compulsoriamente desligados do quadro funcional da empresa. Dessa maneira, o mesmo deixou de ser considerado nos cálculos atuariais de benefícios pós-emprego e passou a integrar as despesas correntes do Banco, caso houvesse desligamentos no ano de 2020 e a provisão constituída sobre essa modalidade no montante de R$ 8.277 foi revertida em 2019. Em 2020 o Instituto Brasileiro de Atuários se pronunciou oficialmente recomendando que a multa de FGTS deve ser considerada como parte do benefício pós-emprego devendo compor a base de cálculo atuarial. Em 2024 a provisão constituída nessa modalidade foi de R$ 11.004 (dezembro 2023 – R$ 11.453).
- O Banco, em conjunto com seus colaboradores, patrocina o fundo de pensão MULTIPREV (fundo multipatrocinado), que tem como principal objetivo a suplementação de benefícios concedidos pela Previdência Social aos participantes e benefícios. Os planos de benefícios mantidos pela Banco são, basicamente, da modalidade de contribuição definida, sendo que também existe uma pequena parcela da modalidade de beneficio definido. Em 31 de dezembro de 2023, data da última reavaliação disponível, sendo esta anual, o plano de benefícios do Banco apresentou superávit de R$ 2.311.

e. Outras despesas administrativas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, outras despesas administrativas referem-se a:

	2º Semestre	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Serviços de empresas no exterior [(a)]	(88.575)	(127.689)	(59.410)
Serviços técnicos especializados	(10.333)	(20.500)	(18.583)
Serviços do sistema financeiro	(9.191)	(17.565)	(17.529)
Processamento de dados	(6.505)	(13.317)	(12.177)
Comunicação	(4.619)	(8.768)	(7.872)
Manutenção e conservação de bens	(3.213)	(6.529)	(6.594)
Serviços de terceiros	(2.807)	(5.361)	(2.663)
Aluguéis	(2.248)	(4.155)	(4.147)
Depreciação e amortização	(2.137)	(3.838)	(4.158)
Viagens	(1.424)	(2.263)	(1.564)
Publicidade e propaganda	(1.255)	(2.040)	(1.020)
Seguros	(864)	(1.680)	(1.796)
Outras	(1.496)	(3.530)	(5.749)
Total	**(134.667)**	**(217.235)**	**(143.262)**

[(a)] Serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira contratados com partes relacionadas.

f. Despesas tributárias

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, despesas tributárias referem-se a:

	2º Semestre	Dezembro 2024	Dezembro 2023
PIS/COFINS	(18.391)	(30.913)	(38.147)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS	(5.968)	(9.332)	(6.147)
Outros (IOF, IPTU e outros)	(20.672)	(41.417)	(28.682)
Total	**(45.031)**	**(81.662)**	**(72.976)**

g. Outras receitas operacionais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, outras receitas operacionais referem-se a:

	2º Semestre	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Renda de recebíveis	29.908	58.862	102.431
Atualização de depósitos judiciais	8.494	17.310	22.455
Receita com processos judiciais (recuperação de ITBI)	9.998	9.998	-
Variação cambial sobre saldos com partes relacionadas	985	4.115	-
Dividendos sobre investimentos - ações e quotas	2.535	3.423	4.617
Atualização taxa Selic – tributos	578	1.048	1.336
Outras	1.698	10.131	9.897
Total	**54.196**	**104.887**	**140.736**

h. Outras despesas operacionais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, outras despesas operacionais referem-se a:

	2º Semestre	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Variação monetária sobre processos judiciais	(9.327)	(29.035)	(5.264)
Serviços prestados por empresas no exterior [(a)]	1.901	(11.016)	(10.142)
Tributos incidentes na liquidação de saldos com partes relacionadas	(2.591)	(4.953)	(28.600)
Multa e Juros - Programa de redução de litígios fiscais	-	-	(5.691)
Variação cambial sobre saldos com partes relacionadas	-	-	(1.038)
Despesas com processos judiciais/reversões	-	(18.291)	(235)
Outras	(3.217)	(8.661)	(4.304)
Total	**(13.234)**	**(71.956)**	**(55.274)**

[(a)] Serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira contratados com partes relacionadas.

i. Resultado de operações de câmbio:

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, resultado de operações de câmbio referem-se a:

	2º Semestre	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Receitas (despesas) com variação cambial	(377.055)	(851.904)	186.924
Receitas com exportação, importação e financeiro	15.360	33.796	31.576
Outras	(1.216)	(1.191)	(247)
Total	**(362.911)**	**(819.299)**	**218.253**

j. Acordo de compensação e liquidação de obrigações - Resolução 3.263/05

O Banco possui operações com acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do SFN, firmados com pessoas jurídicas, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes com as quais possua essa modalidade de acordo. Seguem os montantes cobertos por essa modalidade:

	Dezembro 2024	Dezembro 2023
Ativo – Exposição	1.305.414	1.225.981
Passivo – Garantidor	(612.330)	(342.632)
Resultado líquido	**693.084**	**883.349**

k. Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco e que não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No exercício de 2024 o Banco teve a totalidade de seu resultado classificada como resultado recorrente (2023 – R$ 207.527). Não houve resultado não recorrente no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (2023 – montante negativo de R$ 14.437, líquido de efeitos fiscais).

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Visando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) quanto à adequação aos princípios de Basileia III (Pilar 3), o qual tem por objetivo fornecer informações sobre prática no gerenciamento de riscos e os índices de capital regulatório requerido, o Deutsche Bank Brasil, doravante denominados nesta nota como Banco, apresenta estruturas tecnológicas, administrativas e de pessoal, considerando o cronograma delineado pelos reguladores, para obtenção de dados qualitativos e quantitativos utilizados nos cálculos e análises dos Riscos de Crédito, Mercado, Risco de taxa de juros na Carteira Bancária (IRRBB - Interest rate risk in the banking book), Liquidez, Operacional, Reputacional e Risco social, ambiental e climático.

Mensalmente são realizadas reuniões de comitês específicos para acompanhamento e avaliação dos riscos, com o objetivo de identificar a eficácia dos controles mitigadores de riscos, bem como a aderência dos procedimentos às normas instituídas, internas e externas. Esses processos buscam adequar as melhores políticas de alocação dos recursos em ativo e passivo administrados pelo Banco, concomitantemente com os melhores princípios de gerenciamento de riscos e controles internos, inclusive quantificando a alocação de capital que assegure a manutenção e expansão das áreas de Negócios do Banco. Tais procedimentos, em conjunto com processos continuados de aprimoramento dos controles internos, têm como objetivo subsidiar a Alta Administração, Órgãos Supervisores, auditorias e clientes do Banco, com informações que delineiam o gerenciamento de riscos e controles internos, baseada em políticas, normas e instrumentos implementados pela Administração, bem como nos preceitos normativos vigentes determinados pelas Autoridades Monetárias.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos está disponível no site do Banco.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2017 o Banco segue uma abordagem integrada de gestão de risco que garante consistência no padrão de gestão de risco, permitindo a adaptação a requisitos específicos de cada tipo de risco.

a. Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento de risco operacional adotada pelo Banco prevê os procedimentos para identificação, avaliação, mitigação, monitoramento e controle de risco operacional. O Banco possui uma base histórica de eventos operacionais, bem como manuais de procedimentos, processos de auto avaliação de riscos e testes de estresse, que proporcionam o controle dos eventos e a adequada alocação de capital.

b. Risco de mercado e Risco de taxa de juros na Carteira Bancária

A política, as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias e a estrutura de Riscos de Mercado e IRRBB seguem as diretrizes instituídas para controle de riscos globais do Banco, assim como a regulamentação em vigor.

Gerenciamento de Risco de Mercado

O Risco de Mercado é o risco de perdas em decorrência de movimentos adversos nos preços dos fatores de risco subjacentes às posições detidas pelo Banco.

A área de Gerenciamento de Risco de Mercado atua de forma independente das áreas de Negócios no monitoramento contínuo dos níveis de risco de mercado, através de relatórios que são gerados com diversas métricas de gerenciamento, como as sensibilidades, os valores nocionais das operações e testes de estresse da carteira.

As principais ferramentas utilizadas pelo Banco para quantificar e gerir o risco de mercado e taxas de juros na carteira bancária são:

- *Value-at-Risk* (VaR): é uma métrica que resume a exposição de um ativo e/ou carteira ao risco de mercado durante condições normais de mercado. O VaR é expresso como um valor absoluto de perda que não é esperado que seja ultrapassado por um determinado nível de confiança em um horizonte específico de tempo. O VaR é geralmente expresso como um valor monetário, que possibilita comparações diretas de possíveis classes de ativos. E 1 (um) dia de *holding period* (*Stress Testing*): medida que representa o impacto no resultado da carteira para determinado cenário de crise. O cenário é revisto periodicamente pela área de *MRM.*
- *Stress Test;* Impacto no resultado da carteira de negociação sob condições extremas de mercado. Métrica complementar ao VAR que analisa o portfólio em situações extremas (99,98%), aplicando choques fixos diariamente ao portfólio. Os choques são de 15% na taxa de cambio (dólar) e 5% na curva de juros. Estima-se que tais magnitudes ocorram apensa um vez a cada 20 anos.

Análise de sensibilidade

Para fins de apuração dos testes de sensibilidade, as carteiras são segregadas entre negociação (Trading Book) e bancária (Banking Book). A carteira bancária pode ser tanto marcada a mercado como accrual. Para a carteiras marcadas a mercado reportamos a sensibilidade diariamente.

Risco de Taxa de juros

O monitoramento, controle e gerenciamento do risco de taxa de juros da carteira bancária do DB Brasil é realizado pela área de MRM, com base em metodologias que são consistentes com as características da carteira bancária e que consideram a maturidade, a liquidez e a sensibilidade ao risco dos instrumentos classificados nessa carteira.

Os principais controles do risco de taxa de juros da carteira bancária são:

- IRRBB – EVE: Monitorar o risco do valor econômico (marcação a mercado) dos fluxos de caixa da carteira bancária do DB Brasil em diferentes cenários de taxas de juros, fluxos de caixas (pré-pagamento de operações pré-fixadas) e moedas;
- IRRBB – NII: Monitorar o impacto de alterações na taxa de juros sobre o resultado de intermediação financeira oriundo da carteira bancária do DB Brasil no horizonte de um (1) ano;
- Valor do capital mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na Carteira Bancária (IRRBB): O DB Brasil utiliza para cálculo do capital requerido para do risco de taxa de juros da Carteira Bancária o valor máximo positivo obtido entre os cenários Delta EVE e Delta NII;
- PV01 da Carteira Bancária: Relatório diário com as sensibilidades do preço da carteira bancária no que diz respeito às mudanças na taxa de juros subjacente.
- Perdas e Ganho embutidos: Monitoramento da assimetria contábil definido como diferença das posições marcadas a mercado e valor accrual na contabilidade dentro da carteira bancária.

Date	Total VaR*
30-Dez-22	4.961.581
30-Jun-23	8.168.061
30-Dez-23	11.226.097
30-Jun-24	9.438.878
30-Dez-24	3.465.000

*Em reais.

c. Risco de crédito

O Banco possui políticas e estratégias visando minimizar o risco decorrente da exposição ao risco de crédito, abrangendo todos os instrumentos financeiros que possam gerá-lo, tais como títulos privados, derivativos, garantias prestadas e eventuais riscos de liquidação das operações.

Princípio e Estratégia de Gerenciamento de Risco de Crédito

O Banco gerencia o risco de crédito de uma forma coordenada em todos os níveis da Organização. Os seguintes princípios sustentam o princípio de gerenciamento de risco de crédito:

- Todas as divisões de crédito devem obedecer aos mesmos padrões nos seus respectivos processos de decisão de crédito;
- A aprovação de limite de crédito para clientes e o gerenciamento de exposição ao risco de crédito devem estar de acordo com as políticas e estratégias do Banco;
- O Banco mensura e consolida todas as exposições e cada grupo econômico de forma global.

Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito do Banco está definida na Política de Gerenciamento do Risco de Crédito – Deutsche Bank Brasil – em cumprimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, aprovada pelo Comitê da Diretoria Executiva. A respectiva Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito está divulgada na intranet e na webpage local do Banco. A mesma se encontra publicada em conjunto com as demonstrações contábeis que contém um resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito na webpage do Banco.

As atividades ligadas ao gerenciamento de risco de crédito são realizadas pela área de CRM (Credit Risk Management - Gerenciamento de Risco de Crédito), sendo essa área segregada das demais áreas de Negócios do Banco, bem como da área de Auditoria Interna. A área de CRM do Banco é responsável por:

- Gerenciar o risco de crédito do Banco;
- Tomar decisões de crédito relacionadas a transações para clientes brasileiros. As subsidiárias de empresas multinacionais (Multi-National Company – MNC) são cobertas pela equipe de subsidiárias de MNC dentro da divisão global de CRM;
- Submeter nomes para inclusão na lista de observação (Watchlist) e participação nas reuniões de atualização da Watchlist para manter a gerência sênior atualizada sobre os créditos de risco crescente;
- Preparar relatórios de crédito para revisão periódica.
- Possibilitar que todos os sistemas e modelos utilizados no gerenciamento do risco de crédito sejam compreendidos adequadamente pelos integrantes da área de CRM.

O Banco mantém uma quantidade suficiente de profissionais tecnicamente qualificados em suas áreas de concessão de crédito e monitoramento da carteira de crédito e não adota qualquer tipo de estrutura remuneratória que incentive comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente nas políticas e estratégias de longo prazo adotadas pelo Banco.

Limites de Crédito

Os limites de crédito estabelecem o valor máximo de risco de crédito que o Banco está disposto a assumir junto a uma contraparte/Grupo econômico, por rating, prazo, produto, garantias e retornos.

Os limites de crédito são estabelecidos pela área de CRM através da execução das autoridades de crédito atribuídas.

A autoridade de crédito reflete o mandato de aprovar novos limites de crédito, bem como aumentar, renovar ou alterar limites vigentes. A autoridade de crédito é individual e atribuída de acordo com o nível de qualificação e experiência do profissional. São necessários 2 aprovadores para cada decisão de crédito, tendo pelo menos um deles a alçada mínima correspondente.

Os limites operacionais referentes a alçadas de aprovação do risco de crédito são revisados e submetidos para aprovação do Comitê da Diretoria Executiva com periodicidade mínima anual.

Classificação do Risco de Crédito e Provisionamento

Uma das ferramentas utilizadas na avaliação do risco e estabelecimento de limite de crédito é o rating interno atribuído às contrapartes. O Grupo DB conta com área global especializada em atribuição de rating (GCAF: Global Credit Analytics Function). O Grupo DB possui uma governança de gestão de modelos que atende as demandas de negócio e regulatórias em diversas jurisdições. A validação dos modelos é realizada por área independente das áreas desenvolvedoras.

Os sistemas de classificação e gerenciamento de risco do Banco são periodicamente revisados, tanto pelo BACEN quanto pela área de Auditoria Interna. O sistema de rating do Grupo DB, possui vinte e uma (21) escalas que vão de iAAA a iD, sendo que o primeiro rating reflete a melhor qualidade de crédito e o último, a pior – consequentemente, a cada nível de rating corresponde um percentual de provisionamento.

Sobre a carteira de operações de crédito e de outros créditos com característica de concessão de crédito, são aplicados critérios de provisionamento. Para fins de constituição de provisão, a qual visa refletir o nível de risco adequado em cada operação, são considerados todos os aspectos determinantes de risco de crédito, entre os quais destacamos a avaliação e classificação do cliente ou grupo econômico, a classificação da operação, a eventual existência de valores em atraso e as garantias existentes.

Os aspectos acima mencionados são considerados na definição dos ratings internos dos clientes os quais são mapeados para a tabela de ratings do BACEN, conforme estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/1999. Para fins de provisionamento, leva-se em consideração a comparação do provisionamento apurado pela metodologia estabelecida segundo essa resolução e a perda esperada (expected loss) apurada de acordo com a Resolução CMN nº 4.557/2017. O provisionamento final deve ser o maior.

A partir de janeiro de 2025, a Resolução CMN nº 4.966/2021 foi implementada em substituição à Resolução CMN nº 2.682/1999. Dessa forma, os instrumentos financeiros passaram a ser classificadas em estágios 1, 2 e 3, sendo o estágio 1 o instrumento financeiro que não apresentou um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial. Por sua vez, o instrumento financeiro classificado no estágio 2 é aquele que foi identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem que tenha ocorrido uma inadimplência. Por fim, o instrumrento financeiro classificado no estágio 3 é aquele que apresentou deterioração material no perfil de crédito, seguindo os critérios da política de crédito, ou que encontra-se inadimplido por mais que noventa dias.

A provisão de crédito para instrumento financeiro classificado no estagio 1 é calculada considerando a Perda de Crédito Esperada em um horizonte de 12 meses, enquanto para o instrumento financeiro classificados no estágio 2 considera-se a Perda de Crédito Esperada para todos o período da transação. Por fim, a provisão para o instrumento financeiro classificado no estágio 3 é calculada pelo valor presente dos fluxos que o DB espera receber, ajustado pela probabilitidade.

Risco de Contraparte

O risco de crédito de contraparte, ao qual o Banco está exposto, é representado pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento, por determinada contraparte, das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo a liquidação de instrumentos financeiros derivativos ou pela deterioração da qualidade creditícia da contraparte.

O Banco mantém controle sobre a posição líquida (diferença entre contratos de compra e venda) e potencial exposição futura das operações onde existe o risco de contraparte. Toda exposição ao risco de contraparte faz parte dos limites gerais de crédito concedidos aos clientes do Banco.

Mitigadores do Risco de Crédito

Várias técnicas de mitigação de crédito são proativamente empregadas a fim de reduzir o risco de crédito do portfólio. Os mitigantes de risco são de forma geral divididos em três categorias:

- Transferência de risco a uma terceira parte;
- Garantias ou colaterais;
- Netting ou compensação.

A transferência de risco a terceiros é uma parte relevante do processo de gerenciamento de risco e é executado de várias formas, sejam venda do risco, hedge simples ou de um portfólio ou através de seguro de crédito.

As garantias são sujeitas a frequentes avaliações e revisões, dependendo de suas características específicas e ambiente jurídico.

Embora essas técnicas possam garantir ou possam ser uma fonte alternativa de repagamento, elas não substituem os elevados padrões de concessão de crédito que tem na contraparte a fonte primária de repagamento.

Monitoramento do Risco de Crédito

O monitoramento das exposições do portfólio sujeitas ao risco de crédito é feito continuamente pela área de CRM. As diretrizes de apetite ao crédito são igualmente monitoradas e revisadas de forma regular, de forma a estarem em linha com diferentes estágios de ciclo de crédito, bem como adequadas ao ambiente macroeconômico vigente e às necessidades do negócio.

Nesse contexto, o Banco mantém processos capazes de identificar e agregar, de forma contínua, as exposições sujeitas ao risco de concentração, através de relatórios periódicos que são apresentados e debatidos nas reuniões mensais do CROC (Comitê de Supervisão de Risco e Capital - Capital and Risk Oversight Committee).

A área de CRM elabora relatórios de crédito que são apresentados mensalmente ao CROC e posteriormente encaminhados para conhecimento da Diretoria Executiva (BoD – Board of Directors). Estes relatórios, em linha com as políticas internas e exigências regulatórias, visam prover visão geral sobre o desempenho do portfólio de crédito e incluem as seguintes informações:

- Exposição geral;
- Abertura por classificação de risco;
- Exposições sujeitas ao risco de concentração;
- Maiores devedores;
- Posição dos provisionamentos;
- Aprovações relevantes e recentes revisões de classificação de risco;
- Avaliação e a expectativa de desempenho das exposições ao risco de crédito, abordando sua classificação e as respectivas provisões;
- Exposições significativas caracterizadas como ativos problemáticos, incluindo características, histórico e perspectivas de recuperação;
- Informações sobre execução de mitigadores e exposições em reestruturação; e
- Demais informações que vierem a ser relevantes.

As revisões de crédito de clientes cujas operações excedem 5% do PL Ajustado do Banco, são feitas em base semestral. Para tanto, todo mês a área de CRM faz um controle dos nomes elegíveis e elabora um relatório para cumprimento à Resolução CMN nº 2.682/1999.

Ao menor sinal de deterioração da qualidade de um crédito as ações de monitoramento são intensificadas e os créditos problemáticos são incluídos em uma lista de monitoramento (Watch List) e passam a ser acompanhados trimestralmente.

CRM também monitora as utilizações em aberto nos limites de crédito, através de relatórios de excedentes distribuídos para todos os analistas de crédito em base diária. Todos os excedentes dos limites de crédito são investigados e apenas encerrados mediante solução definitiva. Os excedentes de crédito que tenham sido deliberadamente causados pela área de negócios precisam ser imediatamente informados à Diretoria Executiva do Banco.

Sistemas de Crédito

Para garantir a visão geral, completa e abrangente do portfólio de crédito do Banco, a área de CRM opera uma plataforma totalmente integrada de gerenciamento de risco que incorpora informações de diversos sistemas das áreas de Negócios e de Infraestrutura.

Os sistemas fornecem:

- Hierarquia precisa de clientes (incluindo conjuntos de redes), conforme estipulado nos acordos legais entre o Banco e o cliente;
- Classificações de *rating* por contraparte e probabilidade de perda para cada transação/ limite para suportar o cálculo do capital econômico do Banco;
- Recursos de verificação pré-negociação para as áreas de Negócios;
- Informações precisas sobre os termos dos limites de crédito, conforme definidos nas respectivas aprovações de crédito;
- Informação sobre o volume de utilização dos limites de crédito;
- Descrição do setor de atividade, país de localização e demais dados estáticos de forma a permitir adequada gestão do portfólio e periódicas revisões setoriais.

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade do Banco não honrar suas obrigações em qualquer momento, seja pelo resgate antecipado de depósitos ou aumento de obrigações/garantias.

O gerenciamento de risco de liquidez estabelecido pela Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional e alinhado às diretrizes globais do Grupo Deutsche Bank é executado pela área de Treasury - Tesouraria, que é uma unidade segregada das áreas de negócios, auditoria interna e gestão de recursos de terceiros. Treasury é responsável pela identificação, mensuração, gerenciamento do risco de liquidez e sua aplicação, além disso, tem autoridade para executar as medidas necessárias para manter o risco de liquidez em nível adequado.

Os temas referentes ao risco de Liquidez são discutidos mensalmente no CROC e BoD – Board of Directors – Diretoria Executiva.

Processos:

As principais ferramentas utilizadas no Gerenciamento do Risco de Liquidez são:

- Teste de Estresse de Liquidez;
- Saída Máxima de Caixa;
- Saída Máxima de Caixa por Moedas;
- Teste de Aderência de Liquidez;
- Composição Diária de Caixa;
- Perfil das Captações
- Reserva Mínima de Liquidez;
- Aprovação de Novos Produtos; e
- Plano de Contingencia de Liquidez.

Buscando gerenciar de forma prospectiva o Risco de Liquidez do Banco, foi estabelecido o Plano de Contingência de Liquidez que define responsabilidades e procedimentos a serem adotados em caso de crise sistêmica ou idiossincrática de liquidez. Estrutura de gerenciamento de capital

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital tem por objetivo garantir que o Banco mantenha um nível de capital adequado a partir das perspectivas econômicas e regulatórias, conforme estabelecido pela Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional e os níveis definidos no apetite de risco interno do DB Brasil.

Responsabilidade

A área de Treasury é responsável por garantir que o Banco mantenha um nível adequado de capital a partir das perspectivas econômicas e regulatórias. Também é de responsabilidade da área implementar a estrutura de gerenciamento de capital e emitir diretrizes internas com o intuito de executar todas as medidas necessárias para o gerenciamento do capital do Banco.

Plano de Capital

O Banco administra um modelo de capital prospectivo, desta forma, procurando alinhar o plano de capital com o planejamento estratégico para um horizonte mínimo de três anos.

O plano é elaborado considerando as principais oportunidades e ameaças apresentadas no mercado, projeções de balanços, receita, despesas e distribuição/retenção de dividendos.

Processos de Gerenciamento de Capital

- Relatórios Gerenciais distribuídos diariamente e mensalmente;
- Plano de Capital;
- Simulação de Eventos Severos atrelado ao Plano de Contingência de Capital; e
- Aprovação de novos produtos.

Responsabilidade Social Ambiental e Climática

Associado às diretrizes de sustentabilidade definidas do Grupo DB e em aderência a Resolução 4.945/21 do Banco Central do Brasil, o DB Brasil assume o compromisso com a proteção social, ambiental e climática como parte de seu modelo de negócios, adequado à dimensão e à relevância de suas operações e complexidade de produtos, serviços e atividades. Dessa forma, o DB Brasil exige que suas operações não se envolvam em atividades que possam causar danos à sociedade e seus indivíduos, através do desrespeito aos diretos humanos e/ou o bem-estar da população e, também, danos ao meio ambiente e/ou o patrimônio histórico.

DIRETORIA

Luís Flávio Muzzi Mendes
Diretor Presidente

Eduardo Saito | Elaine Nascimento (Diretora responsável pela contabilidade) | Guilherme Bernasconi Daniel | Jaime Castromil Lassala | Mateus Praxedes Souza | Ricardo Andrade Cunha | Rui Fernando Ramos Alves

DIRETORA RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Elaine Nascimento

CONTADORA

Juliana Sayuri Oda - CRC 1SP 282682/O-6

www.db.com/brasil

Continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 29/03/2025

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/03/29/Deutsche1581702329032025.pdf
Hash:17432031613935af9fc9f447099c16c8084c99ecdb

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA
CNPJ nº 62.331.228/0001-11
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º andar - CEP 04538-132
São Paulo - SP

Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução
Em cumprimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.910/21, encontra-se instalado o Comitê de Auditoria do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão ("Banco"). As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração do Banco, da Auditoria Externa, da Auditoria Interna e dos demais comitês corporativos assim como nas suas próprias análises.
Conforme estabelecido pelo artigo 9º da Resolução CMN nº 4.910/21, os membros independentes do Comitê de Auditoria foram aprovados pelo Banco Central do Brasil na data de 31 de janeiro de 2024 e tomaram posse na data de 21 de fevereiro de 2024.

Atividades do Comitê
Compete ao Comitê zelar pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras do Banco, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria externa e da auditoria interna, pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos. Nesse contexto, o Comitê reuniu-se, no mínimo, trimestralmente durante o exercício de 2024 e realizou a reunião de encerramento no dia 24 de março de 2025.

Sistema de Controles Internos e Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas
O Comitê considera que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais, estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com as orientações corporativas. O Comitê, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos de auditoria interna e nos relatórios produzidos pela auditoria externa, bem como devidamente suportado pelas informações e relatórios dos comitês corporativos do Banco, conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade do Banco.

Auditoria Externa
O Comitê discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2024. Os principais pontos discutidos relacionaram-se com as práticas contábeis, recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos, assim como da apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas pela Auditoria Externa, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras.

Auditoria Interna
Com relação aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê revisa o planejamento e os trabalhos realizados, bem como os relatórios produzidos, verificando e acompanhando as recomendações.

Demonstrações Financeiras
O Comitê reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de Contabilidade, Controles Internos e Auditorias Interna e Externa, para análise das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2024. Foram discutidos e revisados os principais aspectos relativos à preparação e apresentação de tais demonstrações, incluindo a análise das principais práticas contábeis e o atendimento pelo Banco dos regulamentos e da legislação aplicável. O Comitê constatou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária brasileira, bem como às normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Conclusão
Com base nas considerações acima, e em decorrência dos trabalhos e avaliações realizados, o Comitê entende que as demonstrações contábeis apresentadas para o encerramento do exercício de 2024 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis vigentes e recomenda sua aprovação à Diretoria Executiva.

São Paulo, 24 de março de 2025

ELAINE NASCIMENTO	ALVIR ALBERTO HOFFMANN	ROSANGELA DOS SANTOS
Diretora e Presidente do Comitê de Auditoria	Membro Independente do Comitê de Auditoria	Membro Independente do Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores do
Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão
São Paulo

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou os assuntos, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

1. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
A administração exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Conforme divulgado na nota explicativa n° 10 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2024, o saldo bruto de operações de crédito é de R$ 2.113.487 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R$ 5.701 mil.
Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela administração em relação à atribuição de "ratings" que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; e (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito.

Como nossa auditoria conduziu o assunto
Em nossos trabalhos de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pelo Banco, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de "rating" por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) análise das liquidações ocorridas; e (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.
Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, em base amostral, de testes relativos à análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento das operações, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos ratings atribuídos, a confirmação da existência por meio de circularização, análise de contratos e liquidações, recálculo do saldo em aberto na data-base, além de testes de conciliação da base de dados de operações com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.
Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação do Banco, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Divulgação e provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas
Conforme mencionado na nota explicativa 18, o Banco é parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de provisão para contingências prováveis é de R$ 530.801 mil.
A atribuição do prognóstico de perda aos processos envolve elevado grau de subjetividade por parte dos assessores legais que patrocinam a defesa da lide, assim como por parte da diretoria do Banco, e levam em consideração, entre outros, aspectos relacionados a existência de jurisprudência, recorrência das demandas apresentadas e mensuração de eventuais desembolsos futuros.
Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, definição do momento para o reconhecimento, mensuração e divulgações relacionadas aos riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, consideramos esse assunto relevante para o processo de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção de cartas de confirmação, atuações e discussões das quais o Banco é parte, e a suficiência das divulgações relacionadas às questões oriundas de contingências e das provisões registradas.
Para os processos mais relevantes, envolvemos nossos especialistas para avaliação dos valores registrados e divulgados e razoabilidade das estimativas em relação a jurisprudência e teses jurídicas conhecidas.
Analisamos, também, as comunicações recebidas dos órgãos reguladores relacionadas a processos, autuações das quais o Banco é parte, e a suficiência das divulgações relacionadas às questões oriundas de contingências e das provisões registradas.
Com base nos procedimentos de auditoria executados sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e nos resultados obtidos, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as probabilidades de perda, as estimativas de valores e divulgações preparadas pela diretoria, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

3. Recuperabilidade dos créditos tributários
O Banco possui ativo fiscal diferido, constituído sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, para as quais as diferenças temporárias são decorrentes principalmente de despesas de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para contingências e benefícios pós-emprego.
Consideramos um dos principais assuntos de auditoria devido ao expressivo montante registrado, e pelo fato do estudo de realização desses ativos envolver um alto grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco, conforme descrito na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu o assunto
Dentre outros procedimentos, analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela diretoria no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros, bem como o atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil. Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como as avaliações anteriores e a razoabilidade das premissas utilizadas. Também analisamos a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em notas explicativas.
Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas relacionadas ao estudo de realização, incluindo as projeções de resultados futuros, preparados pela diretoria do Banco, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa n° 13 às demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

4. Ambiente de tecnologia
As operações do Banco são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

Como nossa auditoria conduziu o assunto
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia ("ITGCs") implementados pelo Banco para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu o envolvimento de especialistas em tecnologia para nos auxiliarem na execução de procedimentos de auditoria desenhados para avaliar os controles sobre os acessos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários.
Nossos testes do desenho e da operação dos ITGCs e dos controles automatizados considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2025.

EY
Shape the future with confidence

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O

Marilia Nascimento Soares
Contadora CRC-SP301194/O

www.db.com/brasil

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 29/03/2025
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/03/29/Deutsche1581702329032025.pdf
Hash:17432031613935af9fc9f447099c16c8084c99ecdb